



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 035

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 13 DE ABRIL DE 2010

ANO XXXV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ERON ABOUD
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo *Luiz Claudio Romanelli*
Líder da Oposição *Elio Rusch*
PMDB *Waldyr Pugliesi*
PSDB *Ademar Traiano*
Partido Democratas *Plauto Miró*
PT *Pedro Ivo*
PP *Duílio Genari*
PDT *Luiz Carlos Martins*
Bloco PPS/PMN *Douglas Fabrício*
Bloco PSB/PRB/PV *Reni Pereira*
Bloco PTB/PR *Jocelito Canto*

Representação Partidária

PMDB - 16: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 08: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Mauro Moraes - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Wilson Quinteiro; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 035

35ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 03

Presenças 03

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Mensagens 03

Memorando 06

Requerimentos 06

Projetos de Resolução 09

Projetos de Lei 10

Projetos de Lei Complementar 11

Pequeno Expediente:

Dep. Wilson Quinteiro 11

Dep. Luciana Rafagnin 12

Dep. Antonio Belinati 13

Dep. Pastor Edson Praczyk 15

Dep. Douglas Fabrício 16

Dep. Elton Welter 18

Dep. Jocelito Canto 18

Dep. Elio Rusch 21

Grande Expediente:

Dep. Péricles de Mello 26

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 14

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício 17

Liderança do PT

Dep. Elton Welter 19

Liderança do Bloco PTB/PR

Dep. Jocelito Canto 20

Liderança do DEM

Dep. Elio Rusch 22

Liderança do PMDB

Dep. Cleiton Kielse 24

Liderança do Governo

Dep. Cleiton Kielse 25

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Rosane Ferreira 28

Liderança da Oposição

Dep. Elio Rusch 29

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 30

Discussão/Votação

Redação Final 30

3ª Discussão 31

2ª Discussão 31

1ª Discussão 31

Requerimentos 32

Encerramento da Sessão 32

Publicações:

Ata de Comissão

Constituição e Justiça 33

DIÁRIO Nº 035**35ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 35ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
13 DE ABRIL DE 2010**

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Jonas Guimarães e Caíto Quintana.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapason, Elio Rusch, Enio Verri, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Péricles de Mello, Plauto Miró, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro (51).

Ausente o Sr. Deputado: Augustinho Zucchi (01)

Ausentes com justificativa os Srs. Deputados: Ney Leprevost e Pedro Ivo (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual

foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Mensagens**

MENSAGEM Nº 028/10

Curitiba, em 24/03/10.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que estabelece as definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição do Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN/PR, por meio do qual o Poder Público, com a participação da sociedade civil organizada, formulará e implementará políticas, planos, programas e ações com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, o qual está consagrado como direito social na Constituição Federal.

A Política de Segurança Alimentar e Nutricional ganha ainda mais força em seu caráter permanente e de Estado, com a recente aprovação da PEC 047/04, que assegura constitucionalmente a alimentação como direito social - Emenda Constitucional nº 64 de 04/02/10.

Os princípios que fundamentam essa política dizem respeito ao direito humano à alimentação adequada (DHAA) e à soberania alimentar (SA). Isso significa imprimir uma ótica de intersetorialidade, envolvendo a articulação entre os diferentes setores de Governo em suas políticas, programas e ações, num sentido significativamente qualificador da gestão pública. Ou seja, norteados por esses dois princípios, se integram estratégias de apoio à agricultura familiar, prioritariamente aquela de base agroecológica, mediante a inclusão produtiva, a geração de renda, o abastecimento da produção para o atendimento de importantes políticas públicas de acesso aos alimentos, como e o caso do Programa de Alimentação Escolar.

Ao promover a educação alimentar e uma alimentação escolar saudável, com alimentos provenientes da produção local e em consenso com as tradições e a cultura alimentar regional além de se estimular a soberania alimentar, se gera um potencial positivador dos indicadores de saúde desde a infância. Assim como, ao fortalecer a prática do aleitamento materno, da contínua vigilância nutricional de todos os grupos da população e da estratégia de Saúde da Família, se promove a qualidade de vida e a segurança nutricional a partir das estratégias do sistema de saúde. Também, ao se focalizar prioridades de ação para grupos sociais e economicamente vulneráveis, a partir de ações conjuntas com o sistema de assistência social, fortalece-se condições de vida, inclusão social,

trabalho e renda, promovendo se diretamente o direito humano à alimentação adequada e saudável.

Em síntese, a articulação intersetorial se consolida como base para a operacionalização da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que no momento atual se encontra em fase final de construção do marco legal, prevendo a pactuação com Estados e Municípios.

Cabe ressaltar que para tanto, além da definição do marco legal, já vêm ocorrendo diversas iniciativas de financiamento a partir do nível federal, apoiando a construção de ampliação de equipamentos de SAN (cozinhas comunitárias, bancos de alimentos, restaurantes populares...), bem como a aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA), implicando num importante aporte de recursos aos Municípios e consolidando a necessidade de implantação da Política de SAN nas gestões estadual e municipal.

Entretanto, destaca-se, a partir da referência da Lei Federal nº 11346 de 15/09/06 que, para que o Poder Público, com a participação da sociedade organizada, possa formular e implementar políticas, planos, programas e ações com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, bem como possam participar dos canais de financiamento voltados à SAN, há o requisito da criação, em cada nível da gestão, do respectivo Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), formalizado em lei que é composto pelas seguintes instâncias: conferência de SAN, Conselho de SAN (CONSEA), Câmara Intersetorial de SAN e órgãos e entidades de SAN.

No caso específico do Estado do Paraná, pode-se destacar como importante avanço, nesse processo, a criação do Orçamento da Segurança Alimentar e Nutricional - OSAN (Decreto nº 6258, de 10/02/10, referente ao Orçamento Temático), instrumento metodológico elaborado a partir da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL, que demonstra e regula todos os investimentos do Estado em projetos-atividades ligados à SAN.

Também já se conta com Lei Estadual nº 15791, de 01/04/08, que institui princípios básicos para a implantação da Política Estadual de SAN, mas que, dado os avanços do cenário político atual, requer regulamentação para adequação às diretrizes nacionais dessa política, o que inclui, em caráter prioritário, a criação do SISAN.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

ANTEPROJETO DE LEI

Capítulo I

Disposições Gerais

Art. 1º Esta lei estabelece as definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição do Sistema

Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN/PR, por meio do qual o Poder Público, com a participação da sociedade civil organizada, formulará e implementará políticas, planos, programas e ações com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, o qual está consagrado como direito social na Constituição Federal.

Art. 2º A alimentação adequada é direito social do ser humano, nos termos da Emenda Constitucional Federal nº 064, de 04/02/10, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o Poder Público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população.

§ 1º A adoção dessas políticas e ações deverá levar em conta as dimensões ambientais, culturais, econômicas, regionais e sociais.

§ 2º É dever do Poder Público respeitar, proteger, promover, prover, informar, monitorar, fiscalizar e avaliar a realização do direito humano à alimentação adequada, bem como garantir os mecanismos para sua exigibilidade.

Art. 3º A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Art. 4º A consecução do direito humano à alimentação adequada e da segurança alimentar e nutricional requer o respeito à soberania, que confere ao Estado do Paraná a primazia de suas decisões sobre a produção e o consumo de alimentos.

Capítulo II

Do Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Paraná

Art. 5º A consecução do direito humano à alimentação adequada e da segurança alimentar e nutricional da população paranaense far-se-á por meio do SISAN/PR, integrado por um conjunto de órgãos e entidades, do Estado e dos Municípios e pelas instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, afetas à segurança alimentar e nutricional e que manifestem interesse em integrar o sistema, respeitada a legislação aplicável.

§ 1º A participação da SISAN/PR de que trata este artigo deverá obedecer aos princípios e diretrizes do sistema e será definida a partir de critérios estabelecidos pelo Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA/PR) e pela Câmara Intersetorial de

Segurança Alimentar e Nutricional, a ser criada em ato do Poder Executivo Estadual.

§ 2º Os órgãos responsáveis pela definição dos critérios de que trata o parágrafo 1º deste artigo poderão estabelecer requisitos distintos específicos para os setores público e privado.

§ 3º Os órgãos e entidades públicos ou privados que integram o SISAN/PR o farão em caráter interdependente, assegurada a autonomia dos seus processos decisórios.

§ 4º O dever do Poder Público não exclui a responsabilidade das entidades da sociedade civil integrantes do SISAN/PR.

Art. 6º O SISAN/PR reger-se-á pelos seguintes princípios.

I - universalidade e equidade no acesso à alimentação adequada, sem qualquer espécie de discriminação;

II - preservação da autonomia e respeito à dignidade das pessoas;

III - participação social na formulação, execução, acompanhamento, monitoramento e controle das políticas e dos planos de segurança alimentar e nutricional nas esferas de Governo Estadual e Municipais; e

IV - transparência dos programas, das ações e dos recursos políticos e privados e dos critérios para sua concessão.

Art. 7º O SISAN/PR tem como base as seguintes diretrizes:

I - promoção da intersetorialidade das políticas, programas e ações governamentais e não-governamentais;

II - descentralização das ações e articulação, em regime de colaboração, entre as esferas de governo;

III - monitoramento da situação alimentar e nutricional, visando a subsidiar o ciclo de gestão das políticas para a área nas diferentes esferas de Governo;

IV - conjugação de medidas diretas e imediatas de garantia de acesso à alimentação adequada, com ações que ampliem a capacidade de subsistência autônoma da população;

V - articulação entre orçamento e gestão; e

VI - estímulo ao desenvolvimento de pesquisas e à capacitação de recursos humanos.

Art. 8º O SISAN-PR tem por objetivos formular e implementar políticas e planos de segurança alimentar e nutricional, estimular a integração dos esforços entre Governo e Sociedade Civil, bem como promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da segurança alimentar e nutricional no Estado.

Art. 9º Integram o SISAN-PR:

I - a Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, instância responsável pela indicação ao CONSEA-PR das diretrizes e prioridades da Política e do

Plano Estadual de Segurança Alimentar, bem como pela avaliação do SISAN-PR;

II - a Câmara Governamental Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN-PR), instância do Poder Executivo Estadual no SISAN-PR, integrada por Secretários de Estado e Secretários Especiais responsáveis pelas pastas afetas à consecução da segurança alimentar e nutricional, com as seguintes atribuições, dentre outras:

a) elaborar, a partir das diretrizes emanadas do CONSEA-PR, a Política e o Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, indicando diretrizes, metas, fontes de recursos e instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação de sua implementação;

b) coordenar a execução da Política e do Plano Estadual de SAN;

c) articular as políticas e planos de suas congêneres municipais;

III - o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Paraná (CONSEA-PR), órgão de assessoramento imediato ao Governador, com apoio administrativo, técnico e financeiro do Governo do Estado para seu pleno funcionamento e representação, é responsável pelas seguintes atribuições:

a) convocar a Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional e Conferências Regionais (Territoriais), com periodicidade não superior a 2 (dois) anos, bem como definir seus parâmetros de composição, organização e funcionamento, por meio de regulamento próprio;

b) propor ao Poder Executivo Estadual, considerando as deliberações da Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, as diretrizes e prioridades da Política e do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, incluindo-se requisitos orçamentários para sua consecução;

c) articular, acompanhar e monitorar, em regime de colaboração com os demais integrantes do Sistema, a implementação e a convergência de ações inerentes à Política e ao Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional;

d) definir, em regime de colaboração com a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional, os critérios e procedimentos de adesão ao SISAN-PR;

e) instituir mecanismos permanentes de articulação com órgãos e entidades congêneres de segurança alimentar e nutricional no Estado e nos Municípios, com a finalidade de promover o diálogo e a convergência das ações que integram o SISAN;

f) propor, a partir das diretrizes das Conferências Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional, projetos e ações para a Política Estadual de SAN a serem incluídos no Plano Plurianual de Governo (PPA).

g) mobilizar e apoiar entidades da sociedade civil na discussão e na implementação de ações públicas de segurança alimentar e nutricional no âmbito estadual;

h) participar de eventos e conferências que se fizer necessário para a construção da PESAN e do SISAN no Estado.

IV - os órgãos e entidades de segurança alimentar e nutricional do Estado e dos Municípios; bem como órgãos e entidades de segurança alimentar e nutricional da União com representação e ou ações executadas no Estado;

V - as instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, que manifestem interesse na adesão e que respeitem os critérios, princípios e diretrizes do SISAN.

§ 1º A Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional será precedida de Conferências Regionais (Territoriais) e Municipais, que deverão ser convocadas pelo CONSEA-PR com o apoio de órgãos e entidades congêneres no Estado e nos Municípios, nas quais serão escolhidos os integrantes das Comissões Municipais, Regionais e eleitos os representantes das Comissões Regionais no CONSEA-PR, além de eleitos os delegados à Conferência Estadual na qual elegerá os delegados para a Conferência Nacional.

§ 2º O CONSEA-PR será composto a partir dos seguintes critérios:

I - 1/3 (um terço) de representantes governamentais constituído pelos Secretários de Estado e Secretários Especiais, órgãos e instituições públicas do Estado ou com representação no Paraná afetas à consecução de ações Segurança Alimentar e Nutricional.

II - 2/3 (dois terços) de representantes da sociedade civil escolhidos a partir de critérios elaborados pelo CONSEA-PR e aprovados na Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional; e

III - observados, incluindo-se representantes dos conselhos de âmbito estadual, de organismos, fóruns e movimentos sociais afins e do Ministério Público Estadual.

§ 3º O CONSEA-PR elegerá em reunião plenária para este fim, um conselheiro entre as entidades não governamentais para Presidente e um Vice-Presidente na forma do regulamento, a ser designado posteriormente pelo Governador em ato específico.

§ 4º A atuação dos conselheiros, efetivos e suplentes, no CONSEA-PR, será considerada serviço de relevante interesse público e não remunerada.

Capítulo III

Disposições Gerais e Transitórias

Art. 10. Esta lei é referência para a regularização do Decreto nº 1556, de 09/07/03, que institui o CONSEA-PR.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

Memorando

MEMORANDO

Solicito aos Srs. Líderes do PMDB, PSDB, PT, DEMOCRATAS, PP e Bloco PRB/PSB/PV indicarem membro partidário, para compor a Comissão Especial de Reforma da Constituição, que irá opinar, no prazo de vinte dias, sobre a Proposição nº 017/10, que visa acrescentar parágrafo 18 ao artigo 27, assim como acrescentar artigo 61 no Ato das Disposições Transitórias da referida Carta. Procura estabelecer o reconhecimento merecido aos servidores civis do Governo do Estado do Paraná, o desempenho de suas funções e seus salários.

PMDB _____

PSDB _____

PT _____

DEMOCRATAS _____

PP _____ (*)

BLOCO PRB/PSB/PV _____ (*)

(*) sorteio para a última vaga.

Sala das Sessões, em 13/04/10.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1040

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER o arquivamento do Projeto de Lei nº 117/10, tendo e vista que já existe lei semelhante que regula a proposta formulada.

Sala das Sessões, em 13/04/10.

(a) ROSANA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1044

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após o ouvido o soberano Plenário o arquivamento do Projeto de Lei nº 158/10, dispõe sobre a meia-entrada aos professores estaduais em locais que especifica, pois sobre o referido tema, está em vigor a Lei Estadual nº 15876 de 07/07/08 de nossa autoria.

Sala das Sessões, em 13/04/10.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1027

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificar ausência nas Sessões Ordinárias e Extraordinárias a serem realizadas no dia 14/04/10, em virtude de compromisso parlamentar assumido no Município de Umuarama.

Sala das Sessões, em 13/04/10.

(a) FERNANDO SCANAVACA

REQUERIMENTO Nº 1043

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificativa de ausência, do Deputado Ney Leprevost, na Sessão do dia 13 de abril, devido a compromissos institucionais na condição de presidente da Comissão de Saúde.

Sala das Sessões, em 13/04/10.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 1028

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, o registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Silvio Iasutero Uchida.

Requer, outrossim, envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 13/04/10.

(a) JONAS GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1032

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Maria Helena Nascimento, ocorrido no dia 16 de março próximo passado.

Dona Maria, como era conhecida e chamada por todos, deixará saudades. Sua presença enriquecia o mundo com suas lições de amor, de muito trabalho e de incondicional dedicação à família, sua maior riqueza.

Expressiva senhora, tinha na fé, católica e na devoção à Nossa Senhora, sua fonte de alegria, bondade e força, a benevolência cristã espelhada no ser humano.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 13/04/10.

(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO Nº 1042

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do contabilista Sr. Pedro Werle, ocorrido no último dia 12 na Cidade de União da Vitória.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 13/04/10.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu dia 12 de abril, o contabilista aos 66 anos de idade. Deixou viúva a Sra. Nely Werle, e dois filhos.

O Sr. Pedro Werle foi Vereador e Presidente do Diretório Municipal do PMDB do Município de União da

Vitória. Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre os quais este Parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos um consolo: a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho.

Sua família, a família que o adorava despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranquilo, pois, saberá honrar seu nome e cultuar sua memória.

Imploramos ao Pai celeste que nossos amigos, familiares do Sr. Pedro, encontrem na fé e na esperança, o consolo necessário neste momento de tristeza e dor.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Werle endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1024

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Ministro Marco Aurélio Mello, pela sua nomeação como Ministro do Tribunal Superior.

Sua designação para o TSE é uma garantia da imparcialidade dessa Corte nas eleições deste ano no Brasil. A confiança é motivada pelas brilhantes, firmes, corajosas posições do homenageado em seus quase 20 anos no Supremo, onde chegou em 13/06/90.

Requeiro que a decisão desta Casa de Leis seja comunicada ao Ministro Marco Aurélio Mello, no TSE, em Brasília, com votos de que Deus derrame chuvas de bençãos sobre sua vida pessoal, familiar e Semeador de Justiça.

Sala das Sessões, em 13/04/10.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1039

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, o envio de votos de congratulações ao Batalhão de Polícia Ambiental Força Verde, na pessoa do seu Comandante, Tenente-Coronel João Alves da Rosa Neto, pelos seus 53º anos de história na defesa ambiental do Paraná.

Requer ainda, envio de cópia.

Sala das Sessões, em 13/04/10.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1041

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações à

ascensorista Marcia Adriana Polax Rosa, vencedora do concurso de beleza da empresa Higi Serv 2010 e agora como vencedora do concurso nacional realizado no Encontro Nacional das Empresas de Asseio e Conservação, com expedição de Diploma de Honra ao Mérito.

O concurso aconteceu em Natal e Márcia, que venceu, representou o nosso Paraná.

Com 38 anos, casada há 22 e mãe de dois filhos, um de 20 e outros de 19.

Sala das Sessões, em 13/04/10.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1046

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após manifestação do soberano Plenário, seja consignado na ata desta Sessão votos de congratulações ao Prefeito eleito de Ângulo, Sr. Moisés Gomes da Silva, e ao Vice-Prefeito, Sr. Pedro Vicentim pela vitória na concorrida eleição para Prefeito e Vice-Prefeito daquele Município.

É com grande alegria que esta Casa de Leis homenageia esses líderes, destacando a vitoriosa eleição que tiveram e desejando-lhes uma gestão com muitas conquistas e realizações.

Requer-se à Mesa Diretora o envio de cópia do presente documento à Prefeitura de Ângulo, a fim de que seja entregue cópia do presente requerimento aos Srs. Prefeito e a Vice-Prefeito eleitos.

Sala das Sessões, em 13/04/10.

(a) TERUO KATO

REQUERIMENTO Nº 1029

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao programa Conexão Band.

Sala das Sessões, em 16/12/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Programa Conexão Band, apresentado pelo jornalista Marcos Antonio Castri, o Marcão Kareca, que promove a integração da Capital com o interior, através de uma mesma programação, voltada para a cobertura dos melhores eventos sociais, comerciais, culturais, filantrópicos e esportivos. Com um foco abrangente, busca atingir o público paranaense com inteligência e criatividade, dando uma nova conotação aos programas produzidos em nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 1030

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Gilmar Calixto.

Sala das Sessões, em 13/04/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Dr. Gilmar Calixto, professor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná e médico de adultos e idosos, que aplica uma medicina ética e de resultados, oferecendo serviços médicos rápidos, seguros, eficazes e humanizados em sua área, sendo uma referência na sociedade. Tratando regularmente e efetivamente dos enfermos, diagnosticando e curando as doenças é um conservador e restituidor da saúde humana, destacando-se entre seus Pares.

REQUERIMENTO Nº 1031

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Dr. Vitorio Bonacin Filho.

Sala das Sessões, em 13/04/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Dr. Vitorio Bonacin Filho, dentista e professor da Universidade Federal do Paraná, onde ensina seus alunos como tratar de pacientes e da importância da saúde bucal na vida do ser humano. Através de seu Centro Odontológico, realiza trabalho de grande benefício à população, com atendimento diferenciado e busca de soluções às exigências do tratamento adaptando-se aos meios necessários para o aumento da eficiência. Um odontologista ético e dedicado, que faz da sua profissão, um exemplo de vida.

REQUERIMENTO Nº 1023

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a reconstrução do aterro sobre o Ribeirão Bonito, divisa natural entre os Municípios de Santa Mônica e Planaltina do Paraná, na ligação como patrimônio de Comur.

Sala das Sessões, em 13/04/10.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

As chuvas atípicas que se registraram em todo o Sul e Sudoeste do País nos últimos meses do ano passado, provocaram queda de dezenas de pontes e a destruição de outros tantos aterros.

O Noroeste paranaense, devido à constituição geológica do seu solo, com a predominância do chamado Arenito Caiuá, sem dúvida, foi à região mais afetada em nosso Estado.

Em que pese às prontas providências desenvolvidas pelo Departamento de Estradas de Rodagem da nossa Secretaria de Estado dos Transportes DER/ST com o acudimento imediato de diversos desastres desta natureza, a travessia entre o distrito administrativo de Comum e a Cidade de Santa Mônica, está interrompida há seis

meses, o que motiva o encaminhamento deste requerimento.

O vazio aberto pela destruição do aterro é de cerca de 25 metros de largura por outros 8 metros de profundidade e dado o movimento de veículo ali verificado, é oportuno sugerir a sua substituição por ponte de concreto.

REQUERIMENTO Nº 1036

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante assinado, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, Sr. Orlando Pessuti; ao Exmo. Sr. Secretário de Estado de Segurança Pública, Sr. Luiz Fernando Delazari e ao Exmo. Sr. Comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná, Rodrigo Luiz Rodrigo Larson Carstens, para que forneçam ao Município de Bela Vista do Paraíso um veículo, tipo caminhão, para integrar a Defesa Civil (Corpo de Bombeiros) municipal.

Certo de que este é um pedido justo e que garantirá ao Município de Bela Vista do Paraíso melhores condições para o trabalho essencial da Defesa Civil, assim, espero a aprovação desta Casa de Leis do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 13/04/10.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

REQUERIMENTO Nº 1037

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante assinado, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, Sr. Orlando Pessuti e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde, Sr. Carlos Moreira Júnior, solicitando um veículo tipo micro-ônibus para o Departamento de Saúde do Município de Bela Vista do Paraíso.

Certo de que este é um pedido justo e que garantirá ao Município de Bela Vista do Paraíso condições dignas para o transporte dos doentes até as unidades de referências, laboratórios e hospitais localizados em outros Municípios, espero a aprovação desta Casa de Leis do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 13/04/10.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

REQUERIMENTO Nº 1038

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante assinado, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, Sr. Orlando Pessuti e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Sr. Luiz Fernando Delazari e ao Exmo. Sr. Comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná, Rodrigo Luiz Rodrigo Larson Carstens, para que forneçam ao Município de Bela Vista do Paraíso mais uma viatura para a Polícia Militar.

Certo de que este é um pedido justo e que garantirá ao Município de Bela Vista do Paraíso condições dignas para o trabalho essencial de prevenção à criminalidade e ao trabalho de policiamento ostensivo, assim, espero a aprovação desta Casa de Leis do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 13/04/10.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

Projetos de Resolução

PROJETO DE RESOLUÇÃO S/N

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná realizará, no prazo máximo de 1 (um) ano, a partir da publicação da presente resolução, concurso público para o provimento dos cargos efetivos criados ou transformados pela Lei nº 16390/10, ainda não preenchidos por servidores estáveis.

Art. 2º Caberá à Comissão Executiva da Casa, após a realização do recadastramento funcional, previsto no Ato do Presidente nº 02/10, realizar os devidos estudos e apresentar proposta dos cargos efetivamente necessários destinados a execução dos trabalhos legislativos em todos os órgãos da ALEP, para preencher os cargos vagos, ainda não ocupados por servidores estáveis, mediante a realização do concurso público.

Art. 3º Os estudos previstos no artigo anterior poderão alcançar uma eventual alteração da Lei nº 16390/10, no sentido de substituir cargos de provimento comissionados em provimento efetivo, com extinção de parte dos cargos comissionados previstos para as comissões permanentes e outros órgãos da Casa em servidores concursados.

Art. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13/04/10.

(aa) ELTON WELTER, PÉRICLES DE MELLO,
EDSON STRAPASSON, ROSANE FERREIRA,
TADEU VENERI e LUCIANA RAFAGNIN.

JUSTIFICATIVA:

Em continuidade ao processo de transparência administrativa em curso na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, pautado nos princípios da legalidade, publicidade, probidade, moralidade, transparência e eficiência e já fixando etapas seguintes ao processo de recadastramento dos servidores da Casa, bem como o reenquadramento de todos os servidores lotados em cargos de provimento efetivo, fixado na Lei nº 16390/90, o presente projeto de resolução estabelece um prazo máximo para a realização de concurso público, para fins

de preencher todos os cargos de provimento efetivo, res-salvando-se o direito dos atuais servidores estáveis.

Fixa-se o prazo máximo de um ano para a reali-zação deste concurso, em razão das eleições gerais marcadas para o corrente ano, com sua legislação per-tinente, e a necessidade de trabalhos preparatórios para a realização de um concurso público, bem como, em face deste calendário, suceder imediatamente a altera-ção de legislação.

O estudo previsto no presente projeto de resolução é condição para se apurar a real necessidade de novos ser-vidores, após a realização do cadastramento em curso e reenquadramento previsto na Lei nº 16390/10.

O estudo também deverá avaliar a possibilidade de substituir cargos comissionados por cargos de provi-mento efetivo, mediante a realização prévia de concurso público, daqueles previstos na Lei nº 16390, mormente para os previstos para os órgãos permanentes da Casa, inclusive as comissões temáticas, concentrando-se os car-gos comissionados às instâncias políticas, como gabinetes dos Parlamentares e lideranças.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 173/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Socie-dade Eticamente Responsável, com sede e foro no Muni-cípio de Maringá.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13/04/10.

(aa) WILSON QUINTEIRO, ENIO VERRI, LUIZ NISHIMORI, CIDA BORGHETTI e DR. BATISTA

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Eticamente Responsável - SER, é uma associação civil sem fins econômicos, que tem por finalidade desenvolver ou apoiar ações educativas funda-das em diagnósticos elaborados de carências diversas, passíveis de melhoras por meio de intervenções assisten-ciais instrumentais que tornem autossuficientes as pes-soas destinatárias, estimular e apoiar a defesa dos direitos individuais e coletivos, estimular e apoiar ações com vis-tas à promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos e da democracia, estimular estudos e atividades voltadas à promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Pares desta augusta Casa de Leis, para a aprovação do projeto de lei que declara de utilidade pública estadual a Sociedade Eticamente Responsável - SER do Município de Maringá.

PROJETO DE LEI Nº 174/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a estadu-alizar o acesso rodoviário da PR-170 no Município de Cambira, também conhecido como Rodovia Florindo Picoli, compreendido entre o trevo do bairro Bela Vista e sede do Município, com extensão de 07 (sete) quilôme-tros.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13/04/10.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O grande tráfego de veículos pesados que escoam a produção agrícola das diversas regiões do Estado do Paraná, acarreta um desgaste amplo na malha rodoviária, tanto estadual, quanto municipal.

Especialmente quando existem trechos que con-centram boa parte do escoamento de uma região cuja principal fonte de renda é a produção agrícola.

É o caso do trecho em questão. Estando locali-zado em área municipal, sua conservação e manuten-ção são de inteira responsabilidade do Município de Cambira, o qual não dispõe de recursos suficientes para arcar com as obras necessárias para manter a inte-gridade da rodovia.

O Poder Executivo Municipal, com os parcos recursos que detém, investe periodicamente na recupera-ção e modernização da infraestrutura urbana, na geração de renda e empregos, através de programas de incentivo à indústria e ao comércio, bem como na manutenção de estradas rurais e carreadores.

Ocorre, porém, que as estradas rurais não são pavi-mentadas, fato que diminui consideravelmente o valor investido.

Além disso, o trecho da PR-170 em questão acu-mula tráfego intenso de toda a região e não somente do Município de Cambira, o que por si só já justifica a medida intentada.

Por fim, passando-se a atribuição de conserva-ção para o Estado, através do DER, toda a malha rodo-viária municipal restante estaria beneficiada, assim como, o escoamento da produção e, por consequência, a população dependente da atividade rural em toda a região.

PROJETO DE LEI Nº 176/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterado o artigo 2º da Lei nº 16342, de 18/12/09, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O imóvel, de que trata o artigo anterior, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, somente poderá ser utilizado para implantação da Casa da Cultura, sob pena de reverter ao patrimônio do Estado se comprovada utilização diversa.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13/04/10.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa alterar o artigo 2º da Lei nº 16342, de 18/12/09, que doou imóvel ao Município de Primeiro de Maio.

Anteriormente, o imóvel seria destinado para a implantação da Biblioteca Cidadã, mas a comunidade e a Prefeitura de Primeiro de Maio, concordaram que a necessidade maior, que irá proporcionar maiores benefícios aos munícipes será a implantação da Casa da Cultura.

Sendo assim contamos com o apoio dos nobres Pares para aprovação da presente propositura.

PROJETO DE LEI Nº 177/10

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública estadual a Associação MARBRASIL, com sede e foro no Município de Pontal do Paraná-PR, comarca de Matinhos-PR.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13/04/10.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

JUSTIFICATIVA:

A Associação MARBRASIL, fundada em 2004, no Município de Pontal do Paraná, Litoral do nosso Estado. É uma associação civil sem fins lucrativos com relevantes serviços ao meio ambiente e assim a toda a população paranaense.

A MARBRASIL desenvolve atividades de apoio à proteção, preservação, conservação, recuperação e manejo sustentável das áreas costeiras de nosso Estado. Alia a este trabalho a integração da comunidade local, garantindo dignidade e qualidade de vida à população litorânea.

O relatório de atividades anexado ao presente projeto de lei demonstra a importância desta associação para o nosso Estado, e para o nosso Meio Ambiente.

Enfim a atuação e a contribuição para o Paraná e em especial para o Litoral do Estado é notória, cabendo a esta Casa o reconhecimento deste título de utilidade pública.

Projetos de Lei Complementar

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 175/10

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º, da Lei nº 081, de 17/06/88, que foi alterada pelas Leis nºs 086/00 e 091/02, que institui a Região Metropolitana de Londrina:

“Art. 1º Fica instituída, na forma do artigo 25, parágrafo 3º, da Constituição Federal e artigo 21 da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Londrina, constituída pelos Municípios de Londrina, Cambé, Bela Vista do Paraíso, Jataizinho, Ibiporã, Rolândia, Sertãoópolis, Tamarana, Primeiro de Maio e Alvorada do Sul.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13/04/10.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

Os Municípios de Primeiro de Maio e Alvorada do Sul, desde de 1951, quando foram criados pela Lei nº 790, estão ligados geograficamente e historicamente ao Município de Londrina e com outros Municípios da região, sendo assim, nada mais justo que os referidos Municípios passem a pertencer à Região Metropolitana de Londrina.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para aprovação do presente plano de lei.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com satisfação esta Presidência anuncia a presença do Bispo Marciano, do Pastor Rubens, da Igreja Só o Senhor é Deus, de Maringá; do Renato Ribeque, do Marcelo Ferreira, do Álvaro Delitos, todos presentes na nossa Sessão, vindos de Maringá e companheiros do Deputado Wilson Quinteiro. Sejam bem-vindos à nossa Casa!

Pequeno Expediente:

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Wilson Quinteiro.

Deputado Wilson Quinteiro (PSB)

O SR. WILSON QUINTEIRO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, paranaenses que os acompanham pela TV SINAL.

Ontem tivemos uma grande oportunidade no Estado do Paraná de uma reunião, promovida pela OAB, para tratar de um assunto relevante ao nosso Estado, também aos Estados do Mato Grosso do Sul e de Santa Cata-

rina. Sabemos que há uma busca de aproximação da Justiça Federal aos jurisdicionados. Sabemos que houve uma alteração, uma regionalização da Justiça Federal em todo o Brasil, mas é verdade de um novo desdobramento territorial, onde possam criar novos Tribunais. E o Estado do Paraná entra nesse contexto, dentro de uma necessidade evidente, para que possamos ter um acesso melhor à Justiça, principalmente ao Tribunal, porque atualmente pertencemos à 4ª Região, cuja sede do Tribunal Regional Federal é em Porto Alegre. E a busca para instalação e criação vem da Emenda Constitucional nº 544/01, onde o Estado do Paraná passaria a sediar o novo Tribunal dessa 6ª Região.

Pois bem, agiu muito bem a OAB, reunindo lideranças de todo o Estado. Ontem tínhamos presentes Senadores, o Governador Orlando Pessuti, o Senador Osmar Dias, presente também quase toda a bancada dos Deputados Federais do Paraná, a Associação dos Juízes Federais do Paraná, que estão dando uma conotação de destaque, promovendo e buscando a aprovação dessa emenda constitucional que está na eminência, já foi aprovada no Senado, e está na eminência de ser concluída na Câmara dos Deputados Federais. Faço esse registro, estive presente.

Aqui também na Assembleia Legislativa estamos buscando, junto ao Governo do Estado do Paraná, a estrutura física para que, no aspecto orçamentário, possa se justificar a criação do Tribunal com prédio público destinado do Governo do Estado ao Tribunal Regional Federal. E o gesto do Governador Orlando Pessuti ontem foi extraordinário. Além de firmar ofícios demonstrando ao Congresso Nacional que o Estado do Paraná estará dando toda estrutura, ele fez uma manifestação expressando seu apoio a essa questão.

A Associação dos Juízes Federais, na pessoa do Dr. Anderson Furlan, levantou-se em defesa da criação do Tribunal, dando uma certeza e uma conjuntura das necessidades, mostrando um gráfico, o que significa hoje a Justiça Federal no nosso País, mais do que isso, mostrando como ficarão os Tribunais, como também da Bahia, de Minas Gerais e outros Estados. Portanto, há uma necessidade absoluta.

O Presidente da OAB, Dr. Glomb, também puxando e demonstrando que é possível. Encabeçando essa trajetória de busca dá um grande exemplo para que possamos, realmente, ter o Tribunal.

Uma outra questão que me chamou a atenção em todo esse evento, Deputado Dobrandino, foi que o Governador Orlando Pessuti falou a respeito, Deputado Nelson Justus, da criação da Defensoria Pública no Estado do Paraná. Talvez, dentro de tantos anos, so senhores que já exerceram outros mandatos já lutaram pela criação da defesa pública no Paraná. Quem sabe agora possamos ver esse gesto do nosso novo Governador dando a oportunidade de criar a Defensoria Pública. O que significa? Advogados para aqueles que não têm condições de contratar advogados. Alguém poderia falar: “Mas o Wilson

Quinteiro já falou a respeito desse assunto.” O fato é que os assuntos, as buscas, dependem de muita luta. Portanto, precisamos registrar extraordinariamente essas questões, aqui no Paraná, para que possamos ter uma cidadania mais ampliada, uma condição de acesso dos cidadãos à Justiça, não só com a estrutura do Tribunal Regional Federal, mas sobretudo com a condição de uma Defensoria Pública realmente existente. Quero ressaltar que o Governo do Estado firmou um convênio para que possa, com a OAB, os advogados, seus escritórios, prestarem relevantes serviços.

Faço um destaque, também, para a presença do Bispo Marciano aqui liderando uma comitiva lá de Maringá, da Igreja Só o Senhor é Deus, seu amigo também, Deputado Nelson Justus, no passado, que já lhe ajudou, e que hoje está presente. E aproveitando a estada dele aqui, quero dizer o quanto é importante a organização das Igrejas, que possibilita ao Estado a contribuição para organização de uma sociedade melhor, porque a Igreja tem prestado um relevante serviço ao Estado e à sociedade, seja ela de qualquer denominação.

Muito obrigado pela oportunidade e vamos trabalhar sempre pela criação do Tribunal Regional Federal, que acontecerá com a ajuda de todos nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra a Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Deputada Luciana Rafagnin (PT)

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nesta manhã, começou a jornada nacional da luta por reforma agrária. Na verdade, desde o dia de ontem, é comemorado a semana, o mês da jornada nacional da luta pela reforma agrária. O movimento dos sem-terra se mobiliza, neste mês, com manifestações e muitas negociações que estão sendo buscadas em Brasília, como também aqui no nosso Estado do Paraná, como em todos os Estados do nosso País.

A jornada nacional pela reforma agrária, a luta por reforma agrária, na verdade, tem o objetivo de que realmente a reforma agrária aconteça no nosso País. No nosso Estado, são cerca de 5 mil famílias que estão acampadas e estão aguardando para serem assentadas. No País, os dados que o movimento passa são cerca de 90 mil famílias que estão à espera para serem assentadas. Aqui no nosso Estado, o movimento começou nesta manhã. Os agricultores sem terra chegaram de manhã bem cedo, fizeram uma manifestação na BR-277, junto ao monumento de Antônio Tavares, em lembrança desse companheiro que tombou na luta pela reforma agrária no Estado. Agora, eles estão alojados no Ginásio do Tarumã e permanecem lá durante a semana.

Amanhã, começa a pauta de negociação, principalmente com o INCRA, no qual a proposta é realmente buscar o assentamento das famílias acampadas, aqui no nosso Estado, e também buscar melhorias para os assentamentos, que vão desde a questão da readequação de estradas, às escolas, de recursos de crédito, tanto de custeio, como de investimento. Essas são as principais reivindicações que têm os agricultores e os sem-terra, que ocupam essa semana alguns órgãos, que ficam alojados no Ginásio Tarumã e que vão participar de audiências com órgãos do Estado do Paraná e também com órgãos do Governo Federal.

A reivindicação não vai se dar apenas no nosso Estado ou ser só do Estado, mas também vai acontecer em Brasília. Fica o convite para quem quiser participar. Amanhã começa a pauta de reivindicação, junto ao INCRA. Na quinta, as negociações sobre as infraestruturas dos assentamentos. na sexta-feira, Audiência Pública com o Governador Orlando Pessuti e ainda uma conversa com o Ministro Paulo Bernardo, para levar todas essas reivindicações e buscar um orçamento melhor, para que possam ser assentadas as famílias do movimento, que estão acampadas, como melhorias nos assentamentos do Paraná e também às negociações que ocorrem em Brasília.

Sr. Presidente, mencionar que foi importante a entrada nesta tarde, do projeto aqui anunciado do SISAN - Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional do nosso Estado. Era um projeto já bastante esperado, pelo Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional, quando foi encaminhado pelo Governador Roberto Requião, o projeto de políticas de Segurança Nacional e nutricional do nosso Estado. Na época faltou esse complemento, que é o sistema, o SISAN, que agora chega a esta Casa de Leis.

Gostaria desde já, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de pedir que possamos o mais breve possível votar esse projeto, que é importante e vem complementar o projeto de políticas de segurança alimentar e nutricional do Paraná. É importante que possamos dar essa atenção para esse projeto e que as comissões possam analisar com brevidade, para podermos votar esse projeto, dando uma segurança ainda maior nas políticas de segurança alimentar e nutricional do nosso Estado.

Obrigado, Sr. Presidente e Srs. Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, com a palavra, o Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Presidente Nelson Justus, Deputados Jonas e Caíto Quintana, grande liderança, colegas Parlamentares, para-

naenses que nos acompanham pela Rede MERCOSUL, pela TV SINAL e também pela internet.

Temos aqui alguns jornais. Uma matéria no jornal O Presente, de um Juiz do Paraná, de Marechal Rondon: “Existe um ditado que diz, nem todo viciado em maconha vai ser dependente de crack. Mas todo o usuário de crack, já usou maconha”. Ele manifesta a preocupação, quando eles querem discriminalizar a maconha. De repente você vai comprar a maconha na padaria, na farmácia, na praça etc. jornal Tribuna do Vale, que diz que a revisão no milho indica uma safra recorde, no Paraná. Acho que vai correr muito dinheiro, que é bom para o comércio, indústria e para o povo. O pior é quando falta dinheiro.

O jornal Estado do Paraná, do ex-Governador Paulo Pimentel - a Betinha, nossa colega, há quase 40 anos na Assembleia Legislativa - traz perspectivas de boa safra. E algumas outras matérias: *Osmar e Gleisi trocam farpas*. Nem começou a campanha ainda, o ideal seria que os candidatos a Governador e Presidente e também nós candidatos a Deputados Estaduais, Federais, Senado, que se coloque em pauta a discussão dos problemas do povo. Daí a violência, o problema da área da Saúde, não é culpa do médico, do enfermeiro, do funcionário. A culpa é do Governo que ensaca o dinheiro dos impostos do povo e não se preocupa tanto em cuidar da saúde do povo brasileiro. O ideal seria que os candidatos colocassem como prioridade nas discussões, como resolver os problemas que estão causando até traumas, fazendo muita gente perder o sono aqui no Brasil.

A Folha de Londrina: *Gripe A, todos devem ser vacinados no Paraná*. Que vergonha, tiveram que esperar a Justiça dizer que tem que vacinar todo mundo. Sei que tem gente que não vai nem amarrado para ser vacinado. Tinha uma moça que trabalhava aqui no elevador, ela tinha a perna torta. U dia perguntei: Escuta, como é que você teve essa paralisia? Sua mãe não te vacinou? Ela respondeu: Sr. Belinati, eu e a minha irmã pegamos paralisia infantil. Tinha um posto de saúde a um quarteirão de casa, mas minha mãe era “cabeça oca” e achou que não tinha que nos vacinar. O resultado foi esse. Tem gente que tem a vacina na porta de casa, de graça e acha que não precisa.

Agora, tem uma matéria polêmica na Folha de São Paulo: *Homossexualismo tem laço com pedofilia*, diz o Vaticano. Outro dia em Maceió um Seminarista estava dizendo que aos nove anos de idade ele foi para o Seminário, os outros estudantes para Padre e até um Monseñor abusavam de crianças até com nove anos de idade. É triste.

A nossa homenagem a Miss Agente de Limpeza Nacional 2010. Nunca tinha ouvido falar nesse concurso. É uma servidora aqui da Higi Serv, da Assembleia é a Márcia Adriana Polak Rosa. Ela ganhou a 1ª etapa aqui no Paraná e foi representar o nosso Estado em Natal e ganhou em 1º lugar.

Em Londrina: *Bancos são autuados por longas filas.* O banqueiro só quer saber de dinheiro, milhões, bilhões, juros altos, agiotagem.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Outro dia eu estava num banco e estava com vontade de ir ao banheiro. Cadê o banheiro? Tudo trancado, tem que pedir a chave, na parte interna do banco. Tem até lei que diz que banco tem que ter cadeira para idoso, não pode ficar muito tempo em pé, que o banco deveria colocar banheiro à disposição do cliente. Mas, tem banco que esconde tudo, quando deveria estar mais fácil para o acesso da população.

A violência continua, nobre Deputado Cheida. É uma problema também na nossa terra, Londrina. Um jovem saindo da universidade foi pegar o carro, veio o assaltante, o jovem não quis entregar o carro - isso é uma reação normal - pagou com a vida. Se estivesse esperando o assalto talvez até ele entregasse a chave com mais facilidade. Um jovem de 26 anos sendo assassinado.

Toda nossa equipe tem preparado os e-mails para lermos aqui e eu prometi a eles que iria ler. É respeito pelo nosso povo.

Do Fabrício Antonio Franzoni Stevanato: *Obrigado, Deputado Antonio Belinati. Meu pai está um pouco fragilizado, se emocionou com a sua postura. Eu em particular só posso agradecer pelos esclarecimentos que o senhor fez.* Foi um e-mail que eu li do cidadão.

Do Pedro Onesko: *Deputado Belinati, vejo a grande repercussão sobre as pulseirinhas do sexo. A pessoa joga conforme a cor que sai na pulseirinha, entre adolescentes, é um aperto de mão, às vezes um abraço, um beijo, às vezes até um estupro, e tem idiota quer aceita participar do jogo. Não é somente as pulseiras do sexo que trazem constrangimento, o uso em sala de aula de toda parafernália eletrônica, como telefone celular, fone de ouvido, MP3, máquinas fotográficas, objetos de maquiagem, tudo dentro da sala de aula, dentre outros, estão prejudicando o aprendizado dos conteúdos propostos. Neste sentido, peço que o Deputado Belinati se manifeste sobre este assunto e proponha um projeto de lei no sentido de racionalizar o uso desses aparelhos.*

Então, ele está indignado, porque hoje, dentro de uma sala de aula, tem aluno que leva pulseirinha do sexo, outro leva computador, outro leva celular, outro leva o fone de ouvido, MP3, máquina fotográfica, etc., e acaba até nem estudando.

Magno Nottar está mandando aqui um pedido sobre o DETRAN porque tem até junho para resolver esse problema, já foi encaminhado junto ao setor competente documento solicitando análise para a criação do Plano de Cargo de Carreira Executiva de Trânsito.

Vamos fazer um apelo ao Pessuti para atender essa ideia, porque tem só até junho para criar o Plano de Carreira Executiva de Trânsito no DETRAN aqui do Paraná.

Tem aqui do Adilson, da Star Veículos: *Deputado Belinati, minha filha faz curso de Biomedicina em Curitiba. Está no sétimo período. São oito períodos para se formar, porém é um curso novo e está encontrando dificuldades até para fazer estágio. O curso trabalha na área de laboratório de análises clínicas, de patologia. Gostaria de uma força para o reconhecimento do curso no meio de trabalho e da inclusão do curso dentre os vários concursos existentes no Brasil afora.*

Vamos voltar a este assunto. A filha está estudando e tem concurso que não reconhece a validade desse curso.

Temos mais um e-mail, do Wilson Bispo: *Deputado Belinati, é a primeira vez que entro em contato com o senhor. Estou com 46 anos e sou seu eleitor desde quando tinha 18 anos de idade, por saber que o senhor, Deputado, sempre defende as pessoas mais necessitadas, portanto sei também das dificuldades que hoje encontra para ajudar as pessoas.* Está aí o caso, o cidadão aqui, Wilson Bispo, foi ao médico e ele receitou a vacina BCG, porque ele está com a imunidade baixa. Só que o custo da vacina que o médico receitou é de R\$ 196 para o cidadão que está com a imunidade baixa.

Está errado. Acho que a vacina tem que ser distribuída de graça para toda a população. Quem puder pagar, se não quiser se misturar - porque tem aqueles que são invocados, não gostam de se misturar com a população trabalhadora, com a população de baixa renda, tem pessoa que é vaidosa - esse então que procure uma clínica particular e pague pela vacina.

Agora, acho que a Saúde Pública do Brasil, em especial aqui do Paraná, deveria colocar na rede pública todos os tipos de vacinas à disposição, e de graça, para a população de baixa renda e para a população pobre. Já está tendo uma melhora disso, tomara que não falte nenhum tipo de vacina. Tem gente que ganha apenas o salário-mínimo e ter que desembolsar R\$ 196! Tem um ou outro mau patrão que faz o funcionário assinar um recibo que recebeu o salário-mínimo e muitas vezes não paga nem o próprio salário-mínimo para a pessoa.

Presidente Nelson Justus, tem aqui uma situação que recebemos de vários funcionários da Assembleia Legislativa com respeito a uma matéria da Gazeta do Povo a respeito da nomeação do novo Diretor Geral da Assembleia, o Eron Abboud, pessoa completamente cordial, receptiva. Foi designado num momento delicado desta Casa para o cargo de Diretor Geral e causou uma indignação no meio de vários funcionários. Uma nota que creio que saiu truncada, porque não deve espelhar, de maneira nenhuma, o pensamento da Direção desta Casa.

(Lê):

A Assembleia Legislativa alterou um decreto em vigor há 26 anos para permitir que Eron Abboud pudesse assumir o cargo de Diretor Geral da Casa. Pelo Decreto Legislativo nº 052/84, o posto só pode ser exercido por um servidor concursado e com mais de 15 anos de experiência em serviço público. Funcionário comissionado, Abboud entrou no lugar de Abib Miguel, que ocupava o

cargo há duas décadas e afastado das funções em 18 de março, após o escândalo de desvio de recursos na Assembleia vir à tona.

Em consulta à Procuradoria Jurídica da Assembleia, a Presidência recebeu como resposta que o decreto legislativo publicado em 1984 também havia sido uma decisão exclusiva da Comissão Executiva - formada pelo Presidente, 1º e 2º Secretários - e que uma nova definição, assinada também pelo alto comando da Assembleia, teria o poder de alterar os termos da norma anterior. E assim foi feito.

Sobre a canetada que mudou as regras do jogo, a Assembleia, por meio da assessoria de imprensa, informou que “infelizmente não existe no quadro de funcionários alguém que se enquadre no perfil desejado para o cargo e que ao mesmo tempo preencha os requisitos exigidos pelo decreto”. A intenção, em pleno momento de crise, era encontrar alguém que reunisse capacidade para exercer um cargo tão importante e ao mesmo tempo competência técnica e conhecimento, justificou-se o Legislativo.

A nomeação da maioria dos Diretores já não respeita o que diz o Decreto nº 052/84, já que os cargos deveriam ser ocupados por funcionários de carreira, mas são preenchidos por funcionários comissionados. Nesse caso, a justificativa da Assembleia é de que os Diretores são, em sua maioria, funcionários estáveis que se aposentaram e permaneceram trabalhando na Casa na condição de cargos de confiança - mas que seriam, portanto, pessoas com vínculo direto com o Legislativo Estadual e com a função.

A divulgação dessa nota pudesse até dizer que a escolha dessa pessoa estivesse se dando em circunstâncias muito especiais. E talvez até para preservar os servidores efetivos fosse mais conveniente à nomeação de um diretor partindo do quadro de funcionários comissionados. Creio que a nota saiu truncada e isso acabou machucando os servidores e servidoras, porque a nota diz que não há no quadro da Assembleia Legislativa com perfil em ocupar esse cargo. Nós sabemos que o quadro de servidores e servidoras efetivas é um quadro da mais alta qualificação profissional e que engrandece esta Casa de Leis e a vida pública paranaense.

Creio que talvez até um adendo nesta nota pudesse restabelecer o clima da mais alta cordialidade. Era isso Sr. Presidente. Creio que esse mal que está causado será corrigido, porque os servidores e servidoras efetivos aqui são competentes e tem sim uma enorme quantidade de gente em condições de ocupar esse cargo hoje também muito bem ocupado pelo Eron Abboud.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Pequeno Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Pastor Edson.

Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Ia aproveitar o momento em que o nobre Deputado Belinati se pronunciava, no exato momento em que V. Exa. fez o comentário deste mal entendido, ou dessa quebra de comunicação a respeito de uma nota vinda do departamento de imprensa da Assembleia Legislativa do Paraná. A imprensa como um todo, melindrou o quadro de funcionários efetivos desta Casa e entenderam que a Mesa Executiva não tem encontrado pessoas qualificadas para o cargo de Diretoria Geral.

Ainda na linha do raciocínio do Deputado, concordo com o Deputado Belinati, até porque V. Exa. Deputado Nelson Justus, inúmeras vezes enalteceu o Quadro de Funcionários da Assembleia Legislativa no mais elevado padrão. Sou testemunha disso. Tanto eu quanto outros Parlamentares já afirmamos isso em verso e prosa. O que seria da Assembleia Legislativa e de nós Parlamentares se não fosse toda essa equipe magnífica de homens e mulheres qualificados, competentes que dão o devido suporte para nós.

Também penso ter havido uma quebra de comunicação, um truncamento das informações, quero crer que não tenha sido por maldade, porque o mesmo veículo que fez esse comunicado e noticiou isso, divulgou uma foto com o plenário com poucos Parlamentares no momento da votação.

Interessante que Parlamentares que comigo foram ao Palácio das Araucárias, conversar com o Governador Orlando Pessuti, o que flagrantemente prova que não era no momento de votação.

Não sei se foi descuido da parte do órgão que publicou a respectiva foto e não foi a foto do Nani Góes, lhe asseguro que com certeza não foi, porque como poderia no momento de votação eu não estava presente, assumo isso, e outros Parlamentares que aparecem na foto que estavam comigo não poderiam ter a onipresença, uma vez que isso é uma característica única e exclusiva de Deus.

Saí em defesa e endosso as palavras do Deputado Belinati. Creio que a Casa não apenas tinha como tem um Quadro de Funcionários altamente qualificados. Mas é como uma guerra Sr. Presidente, a necessidade do comandante que está à frente do fronto de batalha, ele tem que raciocinar rápido, decidir rápido e V. Exa. tem essa peculiaridade. Escolheu bem e teria outros nomes a altura com certeza. Se em uma situação menos delicada vemos no confronto de duas equipes, num clássico de futebol, por exemplo, o técnico tem que pensar rápido se ele quer levar adiante a partida à uma vitória.

O que nós pretendemos na Assembleia Legislativa é que o povo paranaense tenha a melhor Assembleia do País. Um exemplo de Poder Legislativo Estadual e temos nos esforçado para isso.

Sou testemunha e não vou repetir as palavras que muitos o fizeram se não seria redundante, mas afirmo eu dou completo apoio às decisões da Mesa Executiva, embora, também faça parte dela, mesmo como 5º Secretário, mas tenho absoluta certeza que a Assembleia Legislativa do Paraná teria não apenas um, nem tão somente dois, mas quem sabe dezenas de nomes de pessoas altamente qualificadas para ocupar esse cargo de Diretoria Geral ou qualquer outro cargo, o qual houvesse vacância. E digo que no momento a decisão coube a Mesa Executiva na pessoa do Sr. Presidente e apoio.

Para os funcionários dessa Casa parabéns, porque são altamente qualificados e todos nós endossamos isso.

Deputados inclusive muito mais antigos que eu neste Poder, com muito mais experiência neste Poder, uma vez que tenho apenas três mandatos, mas temos Parlamentares com quatro, cinco, seis mandatos. Quando cheguei a esta Casa, tive o privilégio de conhecer o Deputado Basílio Zanusso, que tinha na ocasião oito mandatos consecutivos. E ele sempre enalteceu toda a equipe e funcionários da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Portanto, são minhas considerações minhas palavras. Não estou saindo em defesa dos funcionários, porque não tenho procuração para fazê-lo, mas não poderia ficar omissa em afirmar, sim, parabéns à Assembleia Legislativa por ter tão brilhantes membros efetivos, concursados. E sempre digo isso na pessoa do Sr. Mário, que é um exemplo. Muitas vezes tenho a honra de presidir a Sessão e digo, sem nenhuma falsa modéstia, consigo fazê-lo porque o Parlamentar que ali está é altamente bem conduzido, orientado, instruído, por toda esta fantástica equipe que sempre está aí, dando suporte a todos nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (**Pela Ordem**)

Esta Casa recebeu uma Proposição, a de nº 017, assinada pelo então Governador Roberto Requião, de uma emenda Constitucional alterando o artigo 61, da Constituição Estadual. Ela busca, na verdade, criar um dispositivo Constitucional para que em seis anos desapareça qualquer diferença maior que 40%. E tivemos, há pouco, anotação de uma outra lei em relação à Polícia Militar. Inclusive, me comprometi de fazer uma emenda a esta emenda Constitucional, para que num período de seis anos pudéssemos estabelecer pelo menos uma diminuição da injustiça. E hoje, há uma expectativa muito grande da Polícia Civil, dos funcionários. E, tenho uma preocupação muito grande e daqui a pouco vamos ter a vedação de concurso público pela lei eleitoral e daqui a pouco a vedação até desta emenda.

Então, queria fazer uma questão de ordem, de V. Exa. já designou a Diretoria Legislativa para a elaboração da comissão, que vai analisar esta emenda Constitucional e se há precisão, quando será, para que possamos fazer uma articulação com os servidores, porque entendo que é algo bom para o Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Agradeço e cabe a questão de ordem de V. Exa., Deputado Reni Pereira sempre atento às coisas da Casa. E efetivamente, isto é muito importante. Ainda há pouco, conversava com nosso Diretor Legislativo para que se empenhe ao máximo para que os partidos indiquem seus representantes, porque corremos contra o tempo, realmente.

Agradeço e vamos estar atentos a isto, para que os partidos indiquem seus representantes.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (**Pela Ordem**)

Muito obrigado a V. Exa. E mais uma vez lembrando, que temos uma lei eleitoral que daqui a poucos dias veda qualquer alteração.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Bem por isso mesmo. Muito obrigado.

Concedemos a palavra ao Deputado Douglas Fabrício.

Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa que trabalha aqui conosco nesta Sessão de hoje à tarde e um cumprimento especial às pessoas que nos acompanham através da TV SINAL, que chega na casa de muitos paranaenses e que conseguem acompanhar o trabalho dos Deputados nesta Casa.

Quero começar dizendo que este é um ano, todos sabem, de eleição. O Brasil, os brasileiros irão às urnas para escolher desde Deputado Estadual, Deputado Federal, Senadores da República, Governadores, enfim. Estará na mão das pessoas que votam as alterações que se façam necessárias.

Recebi aqui uma denúncia, uma cópia de uma carta de uma pessoa que era funcionário da SANEPAR e antes de sair da SANEPAR ele pegou e mandou, utilizando a estrutura da SANEPAR, uma carta dizendo do seu trabalho, sendo que quem lê a carta imagina que ele resolveu o problema do mundo dentro da SANEPAR. E o que me chamou atenção, e aí tenho uma dúvida e precisamos apresentar isto aqui para saber, se isto aqui não caracteriza propaganda eleitoral antecipada, porque ele se utilizou da estrutura da SANEPAR para mandar não sei quantas cartas para todos os funcionários e são milhares de cartas, de dentro da SANEPAR, se despedindo porque iria sair do cargo e até aí tudo bem, sendo que no contexto da carta ele não chega a pedir voto abertamente mas diz que é pré-candidato a Deputado Estadual e que ele quer continuar defendendo a SANEPAR porque aqui na Assembleia Legislativa a SANEPAR sofreu ataques de eleitores e Deputados demagogos e irresponsáveis que apresentaram projetos de lei contra a SANEPAR.

Quando li isto aqui fiquei imaginando: mas quem apresentou um projeto de lei contra a SANEPAR aqui? Não tenho conhecimento se teve alguém. Alguém aqui apresentou um projeto de lei contra a SANEPAR? Não tenho conhecimento. Vi aqui, sim, vários embates nesta Casa, Deputados defendendo as suas posições, mas não vi nenhum falando alguma coisa da SANEPAR - poderia ser de repente contra a postura do Governo em determinadas situações, mas contra a SANEPAR não.

Então, veio assinada pelo Natálio Stica e ele sai, de uma certa forma atirando na Assembleia Legislativa, nos Deputados, utilizando-se da estrutura do Governo. Então, vou deixar a cópia com a Liderança da Oposição, para que acione a nossa assessoria jurídica para tornar providências e ver se isto aqui não caracteriza propaganda eleitoral antecipada.

E da mesma forma feita pelo Padre Valter Pegorelli, que é Diretor de Relações com Investidores, também se utilizando da estrutura da SANEPAR para fazer propaganda eleitoral antecipada. E nós aqui temos que pegar e fiscalizar isso, porque isto aqui é dinheiro público, é dinheiro da SANEPAR, dinheiro da população do Paraná e que de forma alguma podemos imaginar que vamos concordar com isso. Então, esse era o primeiro assunto que gostaria de falar.

Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PPS/PMN

Vamos encaminhar este documento para a assessoria jurídica e naturalmente irá para o TRE, para que possamos ter a veracidade disso no seguinte sentido: está dentro ou está fora da lei? Se está dentro da lei, tudo bem. Se estiver fora da lei, tem que ser punido com o rigor da lei.

Concedo um aparte ao Marcelo Rangel.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Deputado Douglas Fabrício, só para dizer que essa é uma denúncia séria e muito grave. No meu entender, particularmente acho que realmente é claro que se confirma uma intenção política, utilizando-se dos cofres públicos, do dinheiro público para mandar material de propaganda para funcionários e isso precisa ser analisado rapidamente. Precisamos nos posicionar aqui na Assembleia Legislativa e talvez até entrarmos com uma ação popular, mas isso não pode ocorrer em hipótese nenhuma.

Então, quero parabenizá-lo pela denúncia que traz nesta tarde aqui na Assembleia Legislativa.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Obrigado, Deputado Marcelo Rangel!

Um outro assunto que gostaria de comentar nesta tarde é com referência ao Município de Santa Fé. Recebemos um documento da Câmara Municipal de Santa Fé assinado por todos os Vereadores. Faço questão de ler o

nome dos Vereadores: Reginaldo Arias - Presidente; Adeildo Pereira Carnaúba - Vice-Presidente; Cleonice Aparecida de Souza Moris - 1ª Secretária; José Francisco Rosa - 2º Secretário; Aparecido Arruda dos Santos, Elislaine Aparecida da Silva, Cleverson Luis Beas, João dos Santos e Kátia Bernardino da Silva Batista. Eles estão pedindo aqui o nosso apoio para a instalação da Comarca, que é um sonho de toda a comunidade de lá, não só de Santa Fé como da Região. Eles falam aqui do Projeto nº 16029 de 12 de dezembro de 2008, já foi votado. Fizemos um levantamento e conversei hoje com a assessoria da presidência e o Projeto é nº 688/09, esse projeto transforma serviço distrital de Santa Fé em Tabelionato de Notas e cria serviços notariais e de registro na Comarca de Santa Fé. Pelas informações que tenha da assessoria da presidência esse projeto estará na pauta de amanhã. Gostaria de confirmar isso com o Presidente se estará ou não? Ótimo, Sr. Presidente. Quero pedir o voto de todos. Há vários Deputados que trabalham lá em Santa Fé. Eu nunca fiz campanha e nem ação política nenhuma em Santa Fé, peço aqui, com isenção, para que seja aprovado esse projeto para beneficiar, não só Santa Fé, como os demais Municípios ao seu entorno.

Outro assunto é sobre as solicitações que estão nos enviando dos Municípios. Da Prefeitura de Araruna, assinado pelo Prefeito Renato Toaldo, fizemos já uma indicação legislativa e foi aprovada por esta Casa, pedindo mais estrutura para Polícia Militar, mais viaturas. Esperamos que o Governador Pessuti, como se trata de Segurança Pública, ele nos atenda. Pelo que percebo, fazendo uma análise dos primeiros dias do Governo Pessuti, é bem diferente do Governo anterior. Já chegou fazendo mudanças e algumas significativas. Por exemplo, na Secretaria de Segurança Pública. Espero que, com essa mudança, melhora a Segurança Pública do Estado do Paraná. Já ouvi dizer que serão contratados mais policiais para o Paraná. Quero deixar um pedido aqui para que atendam a nossa região da COMCAM, já fizemos uma indicação legislativa pedindo 150 policiais. São necessários para melhorar a Segurança Pública daquela Região. A mudança demonstra que Orlando Pessuti quer trabalhar. Está ouvindo a sociedade. Atendendo os nossos pedidos. Por várias vezes pedimos mudança nessa pasta. Também por várias vezes pedimos mais estrutura melhoria de salário para os policiais militares e civis. E também quando estive aqui o Secretário de Segurança para debater a falta de segurança do Paraná, ele saiu daqui dizendo que estava tudo bem, tudo bem.

Se na cabeça do Secretário, da época, estava tudo bem, na população estava tudo mal, significa dizer que tem que ser trocado. Tem que ter mudanças E o Pessuti já fez. Estou vendo aqui pela imprensa. Foi trocado pelo Coronel Aramis Linhares Serpa. Quero desejar ao Coronel Aramis sucesso no comando dessa pasta, que respeite a opinião da população, que valorize esse cargo importante, que ajude a melhorar a segurança do Paraná, que

respeite os policiais militares, a começar pelos Soldados, que são a maioria e que eles é que enfrentam as batalhas na luta contra o crime Soldados, Sargentos, Capitães e assim por diante. Naturalmente, como Coronel, ele tem experiência, conhece do dia a dia das pessoas da polícia e espero que faça um bom trabalho. Se fizer um bom trabalho, o Governador Pessuti consegue, com o passar dos dias, ir ganhando respeito da população e fazendo aquilo que o Governo anterior, em sete anos, não fez, que era a mudança na Secretaria de Segurança Pública para melhorar.

Como eu falo da Segurança Pública, constantemente, ainda não recebi aquelas informações que a Justiça mandou entregar. Ainda não chegaram em nossas mãos as informações e parece que o tempo já venceu. Só quero reiterar aqui aquele mapa da violência de 2010 que trouxe, infelizmente, a situação da violência em nosso Estado. Nova Tebas é o primeiro colocado em violência no Paraná e o segundo no Brasil. Ele é um Município vizinho de Campo Mourão, próximo da região de Barbosa Ferraz. Na região da COMCAM, Barbosa Ferraz é mais violento. O que me preocupa quanto à nossa região, também, falando em assassinatos, a taxa de homicídios em Campo Mourão, 35,1 assassinatos por 100 mil habitantes. É maior do que 11 das 25 Capitais brasileiras que fizeram parte do mapa da violência brasileira.

Pegando os dados desse mapa, Deputado Elio Rusch, Campo Mourão é mais violenta que Londrina, Maringá e Cascavel. Então, vou encaminhar esses números, essas informações para esse Coronel que está assumindo a pasta da Secretaria de Segurança Pública para que nos ajude a reduzir isso, Deputado Nelson Justus. Está na imprensa, isso. Não sou eu apenas que estou relatando aqui. São dados da pesquisa do mapa da violência no Brasil em 2010. Campo Mourão é mais violenta que Londrina, Maringá e Cascavel. E nós não podemos admitir isso, até por que Campo Mourão era uma cidade pacata, uma Cidade sem violência e, infelizmente, isso mudou e mudou nos últimos anos, e mudou com o Governo que estava. Espero que, com essa mudança na Secretaria de Segurança Pública, passe a mudar novamente, mas mudar para melhor, para se ter mais policiais, para se ter mais Segurança Pública e que as pessoas sejam cada vez mais respeitadas.

Por fim, só deixar aqui o pedido que veio pelo Vereador José Valentim Mariano no Município de Moreira Sales. Ele nos pede que cobremos do Governo emendas ao orçamento, recursos para construção de galerias fluviais e pavimentação asfáltica. Vamos fazer as indicações, fazer aquilo que é de nosso papel para que o Governo atenda. Volto a falar, sou Deputado de Oposição, mas oposição coerente. Quando tem coisa boa que o Governador faz venho aqui e reconheço, e a mudança na Secretaria de Segurança Pública foi uma coisa boa. Reconheço e torço para que dê certo. Assim quem vai ganhar é o povo do Paraná. Obrigado, Presidente! Um abraço a todos os Deputados!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Sr. Deputado Elton Welter.

Deputado Elton Welter (PT)

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em conversa com os companheiros da bancada, membros de outros partidos, vários Deputados e Deputadas desta Casa, tomei a liberdade e vou entregar a V. Exa. um projeto de resolução para que demos continuidade no processo de democratização e transparência desta Casa. Um projeto que merece ser estudado com toda atenção, porque o momento exige para Casa e é um desejo, pelo menos de minha parte. Já era meu desejo quando vim para esta Casa. Eu vim para esta Casa com uma expectativa. Sei que tem funcionários muito qualificados neste Parlamento, que merecem os nossos elogios. No entanto, vim a esta Casa com a expectativa de que poderia ter a melhor assessoria técnica nas comissões temáticas, em todos os lugares - que se diga, tem gente muito qualificada - e não foi isso que de fato encontramos. Por isso, sempre defendi e defendo o concurso público. Espero ter o apoio desta resolução que estou apresentando, se possível, da unanimidade desta Casa. Eu falava com o Deputado Romanelli, com os companheiros de minha bancada, com os Deputados Reni Pereira, Rosane e Jocelito. Comentei com V. Exa., que aliás falou em uma entrevista - senão me engano - na Band News, da necessidade de concurso público. A justificativa da resolução trata da seguinte questão: (**Lê**):

Em continuidade ao processo de transparência administrativa em curso na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, pautado nos princípios da legalidade, publicidade, proibidade, moralidade, transparência e eficiência e já fixando etapas seguintes ao processo de cadastramento dos servidores da Casa, bem como o reenquadramento de todos os servidores lotados em cargos de provimento efetivo, fixado na Lei nº 16390/10, o presente projeto de resolução, estabelece um prazo máximo para a realização de concurso público, para fins de preencher todos os cargos de provimento efetivo, ressaltando-se o direito dos atuais servidores estáveis.

Fixa-se o prazo máximo de um ano para a realização deste concurso, em razão das eleições gerais marcadas para o corrente ano, com sua legislação pertinente, e a necessidade de trabalhos preparatórios para a realização de um concurso público, bem como, em face deste calendário, suceder imediatamente a alteração de legislatura.

O estudo previsto no presente projeto de resolução é condição para se apurar a real necessidade de novos servidores, após a realização do cadastramento em curso e reenquadramento previsto na Lei nº 16390/10.

O estudo também deverá avaliar a possibilidade de substituir cargos comissionados por cargos de provimento efetivo, mediante a realização prévia de concurso público, daqueles previstos na Lei nº 16390, mormente

para os previstos para os órgãos permanentes da Casa, inclusive as comissões temáticas, concentrando-se os cargos comissionados às instâncias políticas, como gabinetes dos Parlamentares e lideranças.”

Passa a usar o horário da Liderança do PT

Sr. Presidente, vendo que esta Casa, inclusive na eleição da Mesa Diretora nós do PT pedíamos para V. Exa. colocar o painel eletrônico fazer a extinção do voto secreto, a divulgação dos nomes. Isso tudo está acontecendo. E custe o que custar e o Ministério Público, Polícia Federal, a nossa bancada quer que apure com rigor essas ações, mas a Casa está sendo passada a limpo. Temos essa percepção, estamos trabalhando para isso. Vejo que o concurso público dentro do tempo permitido deve ser realizado, que é um desejo da sociedade paranaense. Acho que é oportuno tão logo seja feito o recadastramento e o reenquadramento, que esta Casa de fato prepare o concurso público para que as pessoas nas áreas específicas e técnicas consigam assessorar, nas comissões temáticas e nos outros órgãos aqui da Assembleia para que o trabalho legislativo seja ainda muito melhor. Concedo aparte ao Deputado Durval Amaral.

O Sr. Durval Amaral (DEM)

Quero cumprimentar V. Exa, e efetivamente, claro V. Exa. bem sabe, e nós não podemos alterar uma lei com projeto de resolução. Portanto, o instrumento correto para alterar a Lei nº 16390, se esse for o entendimento, só mediante lei.

E segundo, concurso público é uma meta que temos que perseguir e quero cumprimentar V. Exa. pela iniciativa. Penso que a Lei nº 16390 criou as novas simbologias da Assembleia Legislativa, reduziu drasticamente o número de cargos em comissão. E as mais de 15 simbologias diferentes. Hoje se tornou extremamente simples porque temos só DAS e cargos G, de tal forma que todo e qualquer cidadão que for reenquadrado, que for cadastrado, deverá ser com nome, simbologia e lotação. Isto é ponto pacífico. E dizer que antes ainda, da realização de concurso público, não estou contraditando com V. Exa., apenas procurando contribuir com o seu pronunciamento, dizer que a Casa deverá passar necessariamente por uma reestruturação administrativa. Até porque só depois dessa reestruturação administrativa não podemos mais ter o Decreto Legislativo nº 052/84, a época que o meio mais eficiente de comunicação era o telex, hoje temos a rede mundial de computadores, hoje temos uma outra realidade totalmente diferente, permitir que possamos abrir concurso público em cima de uma reestruturação administrativa que levou a Assembleia nesse impasse que se encontra. Então, cada coisa a seu tempo. Recadastramento, reenquadramento, reestruturação administrativa total da Casa, com definição, organograma das atribuições, das funções. Após o que teremos o

diagnóstico para a realização de concurso público. Não só para suprir aquelas vagas já existentes no nosso quadro de efetivos, mas também por aquelas novas atribuições ou novos cargos que em função da reestruturação administrativa venha a acontecer.

Então, não podemos, por mais urgente que seja esse problema que estamos vivendo agora, não podemos nos antecipar. Senão faremos uma coisa feita no afogadilho.

Só faria um parêntese aí: a reestruturação administrativa antes da realização de concurso público. Inclusive eu sou favorável em gênero, número e grau, até porque as funções administrativas devam ser ocupadas mesmo por servidores efetivos, concursados da Assembleia Legislativa. E as funções de assessoramento, claro podem ser ocupadas por cargos comissionados.

Talvez V. Exa., até lhe agradeço pelo aparte, mas o artigo terceiro fala da possibilidade, está implícito certamente a reestruturação administrativa para a possível alteração da Lei nº 16390.

Eu acredito que com a reestruturação administrativa possivelmente talvez tenhamos que alterar a nossa legislação, que é boa, é razoável para este momento, e entendemos que se tiver que fazer a partir da reestruturação administrativa a mudança desta lei e este que o artigo está se referindo, eu li aqui, é o artigo terceiro.

Portanto, inclusive já fixei colocando um prazo, Deputado Durval, que dará certamente tempo e só não dá para fazer imediatamente, Presidente, por causa disso que o Deputado Durval colocou, do cadastramento, do reenquadramento, da reestruturação e concurso público e também em função do período eleitoral.

Portanto, queria que V. Exa. analisasse e deliberasse para que a CCJ pudesse o quanto antes votar essa resolução e certamente dar continuidade a este processo de transparência que a Casa pretende fazer a partir de agora.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, acompanhei agora o pronunciamento do Deputado Welter e ele fala de concurso, que o concurso é a solução para tudo.

Eu acho que quem já foi Prefeito, quem já passou por uma Prefeitura sabe que o concurso não é a solução de tudo. Eu acho que de maneira nenhuma o concurso público resolve tudo. Porque no momento que você faz o concurso você contrata bons servidores, grande número de bons servidores efetivos, mas neste meio você contrata aqueles ruins de serviço que tem também. Tem os bons e os ruins. Tem aqueles que ficam contando a hora do reló-

gio ali, deu cinco horas, um minuto para as cinco pega a mala e vai embora, isso é verdade, também tem.

Então há momentos, não só aqui no Parlamento, mas no serviço público que é mais eficiente o cargo em comissão, desde que ele seja provido por uma pessoa que tenha competência. O grande problema nosso, dos políticos é que muitas vezes colocamos pessoas que são mais ligadas a gente, até porque fizemos campanha com dificuldade e é natural que qualquer um que estivesse aqui no nosso lugar faria isto, colocaria alguém próximo, alguém do partido, alguém do relacionamento, alguém da campanha. Isto é perfeitamente legal. Não há nada de ilegal. Isto acontece.

Por isso discordo quando se fala aqui, Deputado Welter, que o cargo em comissão vai resolver tudo. Não vai resolver. Eu já discuti hoje com o Deputado Tadeu Veneri lá na CCJ - o Partido dos Trabalhadores, o PT, foi o que mais nomeou cargos em comissão nesse País - 30 mil pessoas foram contratadas. Veja que fábrica de arrumar emprego.

E com um detalhe importante - a legalização da mordida, a mordida legalizada. O que é a mordida legalizada? Trinta por cento do salário volta para os cofres do partido. Pode? É legal? Legal, tanto é que o Presidente Lula e o PT já pagou todas as suas contas. Se não pagou é porque é incompetente, porque 30 mil filiados.

(vozes paralelas)

Muita calma nesta hora. Eu já vou pedir o horário do PTB, que aliás recebeu uma grana do PT, só que não recebeu. Estamos jogando limpo aqui, temos que falar, acho que o Parlamento está passando por isso.

O PT é o partido que mais arrecadou legalmente neste País, 30 mil cargos, vamos imaginar que seja R\$ 2 mil cada cargo, dá 60 milhões por mês, vezes 30%, 18 milhões é a arrecadação do PT Nacional. É uma mega sena por mês, legalizado. Os outros partidos não fazem porque são otários. Se o PT faz, os outros podem fazer também. Os outros partidos não fazem isso. O PT faz, os outros podem fazer também. Os outros partidos não fazem isso. O PT fica falando em fazer concurso, se o PT, quando está no PT Nacional, é o maior gerador de empregos em cargos em comissão. Na prática é uma coisa, e quando está no poder é outra. Não vamos falar isso disso, é perder tempo. Acho que tem que se contratar pessoas em concurso público. Mas não concurso público como por exemplo alguns Tribunais fazem. O TJ, vai ver quem está nomeado lá, filho do Desembargador, irmão do Desembargador, eles passa, como legal também. É tudo legal.

Sr. Presidente, V. Exa. tem sido bombardeado esses últimos dias. Ontem o Deputado Luiz Carlos Martins fez uma colocação aqui e falou da responsabilidade de cada um de nós. E eu tenho isso. Muitas coisas que estão acontecendo aqui nós não sabíamos, como qualquer pessoa que dirige um Poder tem muitas coisas que não sabe, ainda mais quando o Poder é muito grande e muito

amplo. Agora, não vou aceitar e não vou me calar quando ver nas rádios, na imprensa, ex-Deputados fazendo discursos criticando os atuais Deputados, porque nos Anais desta Casa, podem procurar, não existe nenhum Deputado que levantou a sua voz, os de ontem e os de hoje, quando se votou a prestação de contas desta Casa. Perguntaram para mim: "O Senhor é a favor do afastamento do Deputado Nelson Justus?" E eu fui muito sincero, disse: Se afastarem o Deputado Nelson Justus, que afastem todos os demais, inclusive eu, porque eu faltei com a minha responsabilidade. E por que eu faltei? Porque é um costume do Parlamento brasileiro que é assim, não é só a Assembleia do Paraná. A Câmara de Curitiba é igual, a Câmara do interior é igual, a Câmara em Brasília é igual, o Senado é igual. Há um costume de fiscalizar o vizinho, o TJ, o MP, o Governador. Pau no Governador por qualquer coisa, mas não nos fiscalizamos.

Então, me perdoem a franqueza, todos nós somos culpados. Porque quando as contas deste Parlamento foram votadas aqui ninguém levantou para dizer: "Quero discutir, quero debater, não concordo." Ninguém levantou a voz.

Ali na nossa mesa diariamente se apresenta para nós a pauta, que diz: "Votação da Resolução nº... que aprova as contas do Parlamento do ano de 2008." Alguma vez alguém questionou?

Então, os Deputados são culpados por aquelas coisas grandes que apareceram. Sei que tem muitas coisas que nem o Deputado Nelson Justus sabia. Tenho certeza absoluta disso. Agora, vamos parar com esse discurso de que não tenho culpa, não é comigo! Deputados lá fora, que já passaram por aqui e que nunca ousaram fiscalizar, pergunto aos senhores: há 30 anos atrás, esta Casa era pior ou melhor? Tinha mais ou menos do que tem hoje? Duvido, porque antigamente não tinha painel eletrônico, não tinha televisão, não tinha nada.

Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PTB/PR

Vamos a nossa responsabilidade também. Posso ter feito coisas boas como Deputado, mas admito erros. E agora, como é que vamos ser julgados?

Primeiro, se algo de errado tem, existe o Ministério Público aí, a Polícia Federal, tem televisão, tem jornal, está todo mundo achando que todos são banidos! Deixa levantar! Se alguém tiver responsabilidade que assuma, deve assumir!

Agora, todos nós que passamos por este Parlamento e aqueles que estão do outro lado, os bonitinhos que passaram aqui e estão fazendo discursos lá, que não atirem pedra, porque eles nunca levantaram a voz deles aqui para fiscalizar uma conta do ano desta Casa. Qual é o principal papel de um legislador? Qual é o principal objetivo de um Deputado? Fiscalizar!

É bonito levantar da tribuna e dizer: “isso é errado, o Governador fez isso errado, o Secretário não fez isso, não mandou àquilo”. Maravilhoso!

Todo os ex, os que estão na imprensa fazendo nota oficial, quero que eles peguem os Anais da Casa. Tenho alguns Anais lá, olho de vez em quando, peguem os de 30 anos atrás, 20, 10 anos e vejam se alguma vez, alguns dos bonitinhos, limpinhos, cabeças de bagre, fiscalizaram esta Casa.

Não é só sua culpa do Presidente Nelson Justus, não. Acho que se tem culpa é de todos nós. Não por algumas loucuras que tem aí que nem o próprio Presidente sabia, mas que está pagando, porque o grande ordenador deste momento é o Presidente Nelson Justus.

Sei quando esse momento aparece, como você sofre. Às vezes você quer dar a sua versão mas não consegue, porque tem pessoas que não acreditam. Terminando dizendo que se alguém me contestar depois, dizendo: “Não posso aceitar esse discurso do Deputado Jocelito”, entendo e compreendo, respeito quem falar que estou errado. Agora, só vai poder falar alguma coisa a respeito do que estou falando aqui alguém que tem ousado pedir a prestação de contas deste Parlamento nos últimos 30 anos. Se algum Deputado questionou o Presidente desta Casa, seja Nelson Justus, seja Hermas Brandão, seja Aníbal Khury, e tem ousado falar: “Eu voto contra”, aí sim! Se não, por favor não falem, porque é ruim. Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra, pela ordem, Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (Pela Ordem)

Apresentamos um requerimento de pedido de informações na data de 28 de outubro de 2009, que foi aprovado no dia 03 de novembro de 2009 e foi entregue na Secretaria da Segurança Pública no dia 11 de novembro de 2009. Cabe ao Secretário ou ao Governador responder, no prazo máximo de 30 dias, os pedidos de informações. O ex-Secretário da Segurança Pública, Luiz Fernando Delazari, não trouxe a informação que havíamos solicitado. Eu solicitaria à Mesa que determinasse sua assessoria para que esta resposta viesse o mais rápido possível. E o pedido diz o seguinte, Sr. Presidente: “Quantas decisões judiciais para reintegração de posse estão aguardando para cumprimento, por parte do Poder Executivo Estadual? Qual a data das decisões judiciais não cumpridas e por quê ainda não foram cumpridas? Qual a previsão para o cumprimento das decisões para remoção dos ocupantes das áreas indevidamente ocupadas?”

Volto a dizer é um pedido de informações que foi aprovado aqui na Casa, no dia 3 de novembro do ano passado, foi enviado e protocolado na Secretaria da Segurança Pública no dia 11 de novembro. Passou dezembro, janeiro, fevereiro, março, abril. Se passaram mais de cinco meses e não temos resposta, ainda.

Solicito a V. Exa., como sempre tem feito, que tome as providências para que sejamos atendidos o mais rápido possível, através do novo Secretário, Aramis Linhares, que é o novo Secretário da Segurança Pública, nomeado e empossado pelo novo Governador Orlando Pessuti.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente. A resposta até agora não veio, me informa a assessoria.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, quero justificar, estou inscrito no Grande Expediente, mas quero retirar minha inscrição e abrir a oportunidade para algum outro Parlamentar que deseje falar, mas eu pretendia hoje fazer um balanço do período que exercemos a função de cargo de Líder do Governo.

Considerando que no final do mês passado anunciei meu desligamento, mostrando que exerci esta função por indicação do Governador Roberto Requião. O Governador Orlando Pessuti ainda não decidiu quem escolher para esta nobre função de liderar a Bancada de apoio ao Governo.

Eu, claro, permaneço aqui lealmente ao Governador Orlando Pessuti o quanto ele desejar. No dia em que ele anunciar o nome do novo Líder, eu certamente utilizarei, e já deixo minha inscrição, para poder fazer um balanço do período no qual nós recebemos a Liderança do Governo. Aliás, recebi das mãos honradas do Deputado Dobrandino da Silva, que aqui nesta Casa desempenhou lealmente a função de Líder do Governo Roberto Requião e que me passou este encargo. Não sabia que era um encargo tão complexo. Mas, como todos sabem, me dediquei intensamente ao exercício da Liderança do Governo neste período muito importante da produção legislativa. Este balanço, inclusive, mostra o que esta Casa produziu nos últimos três anos. Mas, indiscutivelmente, até por uma questão ética deixarei para fazer este balanço no dia em que formalmente eu deixar a Liderança do Governo até lá, por hora, continuarei exercendo com lealdade este cargo, ao Governador Orlando Pessuti.

Era isto, Sr. Presidente. Então, retiro minha inscrição no Horário do Grande Expediente, hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Muito obrigado. Concedemos a palavra ao Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados; tenho me manifestado, na última semana, principalmente pela

imprensa. Fomos indagados recentemente, agora, aqui na Assembleia, no comitê da imprensa também, um repórter nos perguntava o que eu achava da escolha do novo Secretário que Orlando Pessuti havia escolhido. Eu disse que era lógico e óbvio que cada administrador, quando se elege, venha a assumir um posto, seja Prefeito, Governador ou Presidente da República, vão formar sua equipe administrativa, os homens da sua inteira confiança.

E o Governador Roberto Requião, quando renunciou ao seu mandato, seu cargo de Governador para disputar uma eleição ao Senado, é lógico que seu substituto legal, deve substituí-lo e nos fazer crer, pelas colocações ou por aquilo que os blogs de Curitiba, por aquilo que a imprensa escreve e noticia, nos parece que o Roberto Requião, ex-Governador, entende que fez um favor e que o Pessuti está fazendo um favor em substituí-lo. Não. É a legislação que assim determina. Roberto Requião deixou de ser Governador por sua livre e espontânea vontade para disputar um cargo, como fez o Prefeito Beto Richa, como fez José Serra e como tantas outras pessoas que ocupam cargos públicos no Executivo, que renunciaram aos seus mandatos para buscar um outro mandato em um outro nível e aqui no Paraná não foi diferente om o Governador Roberto Requião.

Agora, não sei e não sou seguidor do twitter do Roberto Requião, mas ao menos li hoje na imprensa e em um dos blogs aqui de Curitiba que o Requião tinha ao menos disparado em seu twitter a seguinte frase: “Quer conhecer o vilão, dê-lhe o bastão”. Sei que com isso o Requião quer se referir ao Governador Orlando Pessuti, pela reforma que ele fez em seu secretariado. E diria para o ex-Governador Roberto Requião uma outra frase: nem a ida a Fernando de Noronha, que é um paraíso, esfriou a ira do ex-Governador Roberto Requião.

Ora, quem é o Governador e o Orlando Pessuti e ele nomeia os seus Secretários de acordo com a sua vontade. Vi o nosso Vice-Líder da Oposição, Deputado Douglas Fabrício, que nos antecedeu e disse que era Oposição mas que desejava ao novo Secretário da Segurança Pública sucesso, que ele possa devolver à sociedade do Paraná a tranquilidade ou que a sociedade do Paraná ao menos se sinta protegida. E isso através do quê? Através das ações do Governo do Estado. E ações têm que ser tomadas com firmeza e não se toma com discurso, porque alguém já disse que palavras se perdem ao vento, sendo que o que permanece são as nossas ações e as nossas atitudes. Sei que o Orlando Pessuti tem pouco tempo de Governo. É lógico que ele pretende disputar o Governo do Estado e não sabemos ainda quem será o futuro Governador porque os eleitores do Paraná, no dia 03 de outubro, vão às urnas escolher o Governador, sendo que se pode decidir no 1º turno como pode ir para o 2º turno as eleições para o Governo do Estado, mas quem vai decidir isso são os eleitores, como os eleitores em 2006 elegeram o Roberto Requião e o Orlando Pessuti para Governador e Vice-Governador respectivamente e o Orlando Pessuti toma as medidas que char conveniente.

O ex-Governador Roberto Requião pode, como companheiro, opinar, trocar ideias, mas isso é problema deles e não cabe a mim dizer o que o Governador deve fazer e qual é o relacionamento dos dois, mas o ex-Governador Roberto Requião já deixou claro através das PECs, através das mensagens que ele mandou aqui para a Assembleia para eternizar os seus programas de Governo.

Já disse aqui na Assembleia, desta tribuna, que o Requião sai do Governo mas quer continuar com a caneta, quer continuar mandando. Ora, se ele quer continuar mandando, então ele que permaneça no Governo. Agora, se ele quer disputar, como ele quer disputar, um outro cargo, possivelmente ao Senado da República, se ele se eleger, que faça a defesa do Paraná lá no Senado da República, para que o Paraná possa receber os recursos efetivamente.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o motivo principal de eu vir à tribuna no dia de hoje é em relação a um pedido de informações que formulamos aqui na Casa, que foi aprovado e que foi respondido. Fizemos um pedido de informações à COHAPAR, ele foi aprovado no dia 01 de março e no dia 22 de março o Rafael Greca, então Presidente da COHAPAR, respondeu aos nossos questionamentos, mas as respostas são tão evasivas, não diz nada com nada, absolutamente nada.

Passa a usar o horário da Liderança do DEM

Por exemplo: por que a entrega das casas populares nos Municípios, citamos diversos Municípios, estão atrasadas ou paralisadas ou mesmo caminhando em passo de tartaruga. Vejam o que o Presidente da COHAPAR respondeu? “...quanto ao questionamento de obras paralisadas ou caminhando em passo de tartaruga cumpre-nos esclarecer que, a execução das obras obedecem ao fluxo de disponibilidade financeira de recursos para sua execução, havendo a locação de recursos orçamentários compatíveis será possível executar, concluir e entregar a chave à tão sonhada moradia de seus beneficiários”. Vejam que resposta a COHAPAR nos dá nesse pedido! Como é que a COHAPAR autoriza o início de diversos conjuntos habitacionais no Estado do Paraná?

E diz mais: “... que a responsabilidade de fazer os pagamentos com os fornecedores e com os funcionários é da associação dos mutuários que estão construindo”. Ora, não nos engane! A associação dos mutuários está trabalhando, em cima de um convênio feito com o Governo do Estado e a COHAPAR se comprometeu em repassar os recursos para que esses mutuários pudessem pagar os funcionários que estão trabalhando na obra. Os mutuários compraram lá na olaria, na loja de materiais de construção os materiais para a construção dessas casas e estavam sem receber. Diz a COHAPAR que, quem compra é a associação e não a COHAPAR. É lógico que sabemos disso!

Mas, a associação só pode pagar se o Governo do Estado, através da COHAPAR, repassa os recursos para a associação. Que brincadeira é essa! Tenho ligado para alguns Municípios do Oeste do Paraná e a COHAPAR repassaram os recursos sim para a associação, pelo menos que eu saiba não existe dívida com os fornecedores, nem com os trabalhadores, mas as obras estão paradas. E vou mais além, cancelaram convênios com Municípios que receberiam obras.

Como está a situação econômica da COHAPAR? Por que não responderam claramente aquilo que solicitamos. Não, a resposta veio vazia, sem argumento, sem consistência e disse apenas que seria de responsabilidade dos mutuários. Vejam uma pergunta específica que nós da Bancada da Oposição fizemos: “É fato também que, se não fosse a paralização em virtude da falta de pagamento, ainda assim as obras estariam paradas, em razão da falta de material, prejudicando, inclusive, o trabalho já realizado, como por exemplo, madeiramento dos telhados por falta de telhas”. E citei, como exemplo, o Município de Assis Chateaubriand. Olhem, a resposta em relação a essa pergunta: “...a motivação para eventuais paralisação das obras, conforme citado, estão vinculadas ao fluxo efetivo de disponibilização e liberação dos recursos orçamentários, no que tange a COHAPAR a mesma está estruturada e apta a dar continuidade aos empreendimentos habitacionais visando possibilitar a sua execução e conclusão”. Em outras palavras o que disse a COHAPAR? A COHAPAR disse que não recebeu os recursos. De quem não recebeu os recursos? Do Governo do Estado? Da Caixa Econômica Federal? Ou não tinha disponibilidade? Não havia uma programação? Não havia um planejamento? Ou não havia um ordenamento entre a COHAPAR e a Secretaria da Fazenda ou a COHAPAR e a Caixa Econômica ou COHAPAR e o próprio Governo do Estado?

E vai mais além o que diz o Secretário: “Em consideração à menção de que se não fosse a paralização em virtude da falta de pagamento, ainda assim as obras estariam paradas em razão da falta de material, prejudicando inclusive o trabalho já realizado como, por exemplo, o madeiramento dos telhados por falta de telhas em Assis Chateaubriand.” Isso a COHAPAR transcreve na sua resposta. E diz mais: “ratificamos a informação de que os repasses às associações de moradores estão vinculados ao fluxo efetivo de disponibilização e liberação dos recursos orçamentários por parte do Governo do Estado”. Em outras palavras, o Rafael Greca quis dizer que o Governador Roberto Requião ‘fritou ele’? Em outras palavras, o ex-Presidente da COHAPAR quis dizer que o Governador determinou que ele fizesse e não passou os recursos? Faz ao menos entender a resposta que ele dá ao nosso pedido de informações, mas o importante é que se diga e, lamentavelmente, que os coitados daqueles mutuários que estão esperando a sua casa não estão recebendo ou as obras não estão andando.

O Sr. Cleiton Kielse (PMDB)

Concede um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Agradeço já o aparte, Deputado Elio Rusch. Falo, também, em nome de quase 40 Prefeitos que trabalham nas nossas bases que, também, alguns estão com suas obras paradas. A explicação formal que a COHAPAR me passou nada mais é que houve, realmente, isso é uma coisa e fato conhecido, um desequilíbrio de caixa, um desequilíbrio da questão econômico-financeira da COHAPAR.

Estamos buscando junto à Caixa Econômica Federal um apoio com parte dos recursos que seriam direcionados ao PAC Paraná, visualizando que grande parte dessas casas é do programa caução, em que o Governo do Estado entra com R\$ 6 mil e 800 a fundo perdido e o Governo Federal entra com R\$ 7 mil e 200 também a fundo perdido, e que transformado em prestação seriam, por quatro anos, R\$ 60 por mês, retribuindo um valor a menos de R\$ 3 mil o pagamento das casas.

Houve, realmente, uma dificuldade de entrada de caixa em valores residuais que deveríamos ter recebido em 2008 para 2009, o qual não recebemos. Hoje também estou fazendo os acordos individualmente e depois, vou trazer a esta Casa, como estamos fazendo com a Caixa Econômica Federal com os programas de hipoteca, que são quase 4 mil casas, Deputado Elio Rusch, que estão enquadradas no programa hipoteca. Estas têm dinheiro garantido, as demais vamos ter que remodelar o projeto, reconveniar, trazer à pauta um novo convênio e acertar com a Caixa Econômica Federal e com o Governo do Estado.

Muito obrigado, pelo aparte.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Agradeço, Deputado Kielse.

Vejam, Srs. Deputados e caros paranaenses, o Deputado Kielse acaba de confirmar que havia um compromisso por parte do Governo do Estado em repassar à COHAPAR algo em torno de R\$ 6 mil e o Governo Federal R\$ 7 mil, e que há um desequilíbrio econômico dentro da COHAPAR. Ora, esse desequilíbrio econômico vem em função ao não repasse dos recursos do Governo do Estado e do Governo Federal? Então, há um calote.

O Governo do Estado e o Governo Federal enganaram os coitados dos mutuários do Paraná. O Governo do Estado e o Governo Federal enganaram os nossos paranaenses quando foram lá e fizeram uma grande festa no lançamento do conjunto residencial e não repassaram o recurso para a COHAPAR. Não são palavras minhas, são palavras que o Deputado Kielse acaba de confirmar.

Então, é lamentável quando se brinca com as pessoas. O maior desejo é a pessoa, a família, ter o teto, a sua moradia, a sua casa própria. Agora, o Governo do Estado anuncia que constrói as casas, mas infelizmente não repassa os recursos para a COHAPAR, para que ela possa dar os seus compromissos com a associação de moradores, que por sua vez ficaram pendurados com o pincel,

sem suporte e sem apoio, devendo para o comerciante e para os trabalhadores. Isso foi saldado? Foi, segundo informações. Mas as obras estão paralisadas e outros convênios estão sendo cancelados, o que lamento profundamente que aconteça no Estado do Paraná.

Ficou comprovado que o Governo do Estado, o ex-Governador e o Governo Federal são caloteiros e não honram os seus compromissos.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Horário das Lideranças: no horário do PMDB, Cleiton Kielse, que dispõe de 10 minutos.

Liderança do PMDB: Deputado Cleiton Kielse

O SR. CLEITON KIELSE

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna refletindo as capas de jornais nacionais, que passaram na manhã de ontem, principalmente uma capa que temos um estudo do déficit de infraestrutura que o Estado do Paraná tem sofrido, não por falta de investimento, porque o porto de Paranaguá recebeu uma série de investimentos, está ampliando, recebendo mais cargas, fazendo do porto público um dos melhores do mundo. As ferrovias, a ALL tem investido e comprado vários vagões e máquinas novas. O sistema que temos de telefonia nem se fala. Teremos no sistema da aviação um investimento de 200 milhões nos aeroportos de Curitiba, Londrina e Maringá. Falo das estradas do Paraná, que estive há cerca de oito meses falando também em um relatório e o resumo que entreguei ao Ministério Público sobre a questão dos pedágios no Paraná, que estão sendo notícia no Brasil inteiro.

Ontem, escutamos o Boechat, que é da Rádio Bandeirantes, falando do Rio de Janeiro, fazendo um comparativo de quanto, como e de que forma os pedágios do Paraná estariam trabalhando. Fiquei entusiasmado em levantar os valores, de quanto eles estariam somando, agora, no mês de fevereiro de 2010. Uma soma, um número tão grande, que pedi que fizessem uma impressão maior para que todos pudessem ver lá do outro lado esta “pequena” soma, de R\$ 10 bilhões e 400 milhões, arrecadados até agora, e investidos 1 bilhão e 600 milhões nas rodovias do Paraná. Fazendo uma conta rápida e colocando ainda a mão-de-obra, os impostos e toda parte da infraestrutura que eles possam ter gastado - levantamos alguns números que são fraudulentos e são, com certeza, palco de um grande processo judicial futuro chegam a gastar na casa de 3 bilhões e 800 com os funcionários, os impostos, a manutenção das rodovias, dos seus caminhões, com tudo que possa haver dentro do quadro dos pedágios do Paraná. Eles tiveram a bagatela do lucro líquido de R\$ 6 bilhões e 850 milhões. Daria para asfaltar daqui a Belém e voltar só com o lucro deles!

Mas eu fiz um comparativo da questão da infraestrutura do Estado. Por que temos congestionamento de 10, 12, 15 horas de Foz do Iguaçu para cá? Porque não temos as rodovias duplicadas. Na semana passada, um acidente que me causou até nojo do pedágio, cinco crianças morreram dentro de um carro, entre Laranjeiras e Guarapuava, num trecho criminoso que deveria estar asfaltado já desde 2007. A mesma coisa ocorreu entre Campo Mourão e Maringá. E todo dia morre gente nas rodovias que já deveriam estar duplicadas.

Hoje, o Governo do Estado, na pessoa do Governador Orlando Pessuti, está tentando remodelar e tentar realmente uma conversa que venha a baixar o pedágio. Mas, só baixar não vai adiantar. Temos que dar a infraestrutura de segurança às pessoas, ou fazer com que o o Governo Federal e o Governo do Estado façam as duplicações, porque a economia está ficando mais lenta no Estado. Os caminhões bitrem que vêm a 30, 40 quilômetros por hora, pelo peso e pela consistência de insegurança que eles oferecem, não deixam os carros 1.0, que são a grande maioria, ultrapassarem. Quantas pessoas morreram e vão morrer.

Deputado Neivo.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Deputado Kielse, cumprimento V. Exa. pelo pronunciamento e quero lembrar alguns dados que me vieram na memória agora.

O Governo Álvaro Dias investiu US\$ 1 bilhão e 100 milhões na construção de rodovias, recapeamento, que custava em torno de US\$ 3 milhões por mês. Esse US\$ 1 bilhão e 100 milhões que o Governo investiu naquele período, ligou Londrina a Maringá, duplicou várias estradas no Paraná.

Agora, V. Exa. conta que eles tiveram um lucro de quase R\$ 7 bilhões, líquidos. Sem querer imaginar que muitas empresas podem estar paralelamente recebendo recursos que não são oficiais, quem pode me garantir - que aqui onde vai para o Litoral custa R\$ 25 ida e volta - será que eles contabilizam tudo dentro de uma empresa só? Olha o contrato que o Governo do Paraná fez na época com as concessionárias do pedágio! Criminoso! Assalto na economia popular! Desmoralizante! Sobre tudo quando constatado que o Governo Federal privatizou outras rodovias, ferrovias a um preço muito mais baixo.

Então, V. Exa. faz muito bem em tocar nesse assunto. Espero que o Governador Pessuti possa liderar, que é possível. Até se reunirmos as empresas concessionárias, eles mesmos vão dizer: “Estamos envergonhados com o que ganhamos do Paraná”.

Parabéns a V. Exa.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Essa frase eu quero ver, até ter o prazer de algum empreiteiro falar isso.

Tenho a consciência que estamos buscando uma solução. Estive em Brasília na terça-feira passada falando

com os coordenadores da Agência Nacional de Transportes Terrestres. E todos, por unanimidade, disseram que o transporte via pedágio do Paraná, além de ser o mais caro percentualmente, mesmo comparando o Rio, São Paulo e demais, que todas essas rodovias estão duplicadas, triplicadas, com outro aspecto de segurança. Infelizmente, o senhor que é empresário, Deputado Jonas, sabe o quanto lhe custa trazer uma carga lá de Cianorte. Hoje, um caminhão bitrem, para sair de Foz do Iguaçu e chegar à Paranaguá, custa R\$ 546 só a vinda e mais R\$ 546 a volta. Isso é R\$ 1 mil e 092. Paga vazio e paga cheio. É uma tentativa de inviabilização de economia em nosso Estado e que eu quero, realmente ter, não só a união com todos os Parlamentares, com o Governador Pessuti, mas ter a consciência que é o maior assalto que já vi na história deste País, aqui no Paraná.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Kielse, só para cumprimentá-lo também pelo seu pronunciamento e para lembrar que a Assembleia Legislativa tem dois projetos a respeito de pedágio no Estado do Paraná que são importantíssimos e que precisavam ser avaliados o mais rápido possível pelo Plenário desta Assembleia. Um deles, inclusive, foi votado, foi aprovado por unanimidade por todos os Deputados, que falava sobre a redução para estudantes em trânsito, de uma Cidade para outra, que precisam cursar ou universidade ou bancos escolares e que precisam passar todos os dias pela praça do pedágio, uma redução de 50%, o que inclusive está previsto na Lei Maior, que é a Carta Magna.

E também um outro projeto sobre os eixos suspensos, que é uma outra coisa que precisamos avaliar com maior rapidez aqui no Plenário, que está parado o nosso projeto e precisa vir para o Plenário para aprovação dos nobres Parlamentares.

Já aproveito também para pedir o seu apoio com relação a esses dois projetos.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Com certeza, Deputado Marcelo Rangel.

E falando dos eixos suspensos, eles conseguiram, só no ano passado, arrecadar quase 100 milhões a mais por causa dos eixos levantados. Cem milhões a mais! Daria para construirmos do zero mais 100 quilômetros de rodovias de primeira linha só com a diferença do que eles arrecadaram no ano passado pelos eixos levantados.

Passa a usar o horário da Liderança do Governo

O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Kielse, também para parabenizá-lo e acrescentar o seguinte: uma das grandes discussões que o

mundo inteiro tem feito hoje em dia com relação a corrupção, não é exatamente o que V. Exa. está abordando, mas é possível fazer um paralelo sobre a corrupção, não é o dinheiro que o cidadão rouba e embolsa, mas é aquilo que deixa de ser aplicado, que é o mais criminoso, quando se trata de relações com o Poder Público, em qualquer nível, federal, estadual ou municipal.

E o que V. Exa. fala é bem neste caminho. Não se trata de corrupção, mas é um desvio lícito, porque é legal, mas imoral porque o que se deixa de investir é que é o grande problema.

E V. Exa. está dizendo o mesmo, porque o paranaense pagou e não tem de volta aquilo que ele pagou. É como comprar uma mercadoria e não levar um quilo de batatas e levar 100 gramas. É a mesma coisa. E isso se faz à luz do dia, como se fosse, realmente, um roubo à mão armada.

Parabéns a V. Exa. pela comparação dos números, porque acho que é didático e dá para as pessoas entenderem melhor do que está se tratando e o malefício que faz mal administrada a gerenciada esta questão do pedágio no Paraná.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Quería agradecer a todos os Deputados que têm nos dado apoio, mas essa luta é bem mais complicada ainda, porque fizemos um levantamento que atualizou os valores das obras que eles não precisam mais fazer, Deputado Cheida.

Vamos citar um caso: o contorno de Ponta Grossa, que em 1997 custaria R\$ 40 milhões e que hoje custa a bagatela de R\$ 145 milhões, eles não precisam mais fazer, Presidente, que morram as pessoas que precisavam talvez de um socorro nesse contorno, que morram as pessoas que precisam da ligação de Ponta Grossa até Nova Londrina, que nunca vão ver esta duplicação, que, com certeza, eles vão pedir em algum momento a postergação do contrato e vão tirar da pauta as duplicações.

Quando vamos ver o progresso da infraestrutura chegar neste Estado? Isto é um crime de lesa-pátria, porque a matemática só deste valor aqui daria para se construir 900 mil casas no Paraná, nós acabaríamos com o déficit habitacional só como pedágio, só o que foi gasto até o momento. Imaginem até 2022, Presidente, que temos este peso nas costas, esse carma, que a nossa intenção quando a Assembleia autorizou o pedágio era para salvar as rodovias e não virar esse crime permanente.

Toda vez que eu passo numa praça de pedágio eu baixo a cabeça e peço perdão a Deus, digo que nunca iria imaginar que a Assembleia, o Governo e qualquer habitante poderia aceitar esse tipo de estelionato. E a Justiça também não poderia aceitar.

O Sr. Edson Strapasson (PMDB)

Deputado Kielse, é muito próprio o seu pronunciamento em relação ao pedágio. Mas convivemos, e eu como Deputado me recordo muito bem quando, na

segunda gestão do Governador Jaime Lerner, o pedágio estava reduzido indevidamente, e hoje o Estado do Paraná responde uma ação para repor a baixa do faturamento do período que foi rebaixado. Infelizmente foi um estelionato eleitoral, que muitos desta Casa compartilharam e infelizmente hoje estamos pagando caro, vendo de um lado a Justiça muito ineficiente, lenta, dando razão para um contrato feito de forma lesiva ao interesse do cidadão, e nós, desta Casa, temos falado juntamente com V. Exa. Pena que lá atrás, quando foi feito o projeto de concessão não tivesse sido levantado, se preocupado esta Casa em poder conceder as rodovias sim, mas sem dar um cheque em branco para que o Governo na época, junto com as concessionárias, junto com aqueles que elaboraram em duas ou em três mãos esse contrato pudessem fazer com que o povo do Paraná pagasse durante 25 anos um preço lesivo, abusivo, extorsivo, um roubo, como temos dito desse famigerado pedágio do Estado do Paraná.

Infelizmente temos que amargar essa realidade, mas que bom se a Assembleia pudesse hoje ser ouvida para pedir, muitas vezes reparar aquilo que fez, que não fez e que permitiu que o Governo do Estado da época pudesse implantar esse pedágio.

Tenho certeza que precisamos continuar, de maneira forte e efetiva, brigando para que esse roubo não continue sendo praticado no dia a dia do bolso daqueles que trafegam nas rodovias do Estado do Paraná.

A Sra. Rosane Ferreira (PV)

Quero parabenizá-lo. E mais uma vez registrar no seu pronunciamento o cidadão que está nos vendo e ouvindo, que trabalha e levanta muito cedo e no máximo pega o ônibus na Metropolitana, ele tem que entender a propriedade do vosso pronunciamento, ele tem que entender que todos esses bilhões colocados por V. Exa. são cotizados na conta de cada cidadão que consome, seja um grão de arroz, ou qualquer outro produto, que trafega pelas nossas rodovias, todos esses valores pagos pelo pedágio são cotizados nos custos dos produtos, e isso é importante que as pessoas saibam. Às vezes você tem uma ilusão, eu não vou para a praia nunca, vou uma vez por ano, ou viajo uma vez a cada dois anos, então não pago pedágio, ou pago muito pouco. Mas não. Todo quilo de arroz, de soja que vai e volta pelas nossas rodovias, tudo tem um custo e esse custo está embutido no valor do pedágio.

Portanto, concluo parabenizando.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Obrigado. Vamos fazer nessas eleições uma movimentação para descobrir quem vai ser patrocinado pelo pedágio. Quem estiver na lista do patrocínio do pedágio, independente se é candidato ao Senado, Deputado Estadual, Deputado Federal, deverá prestar contas por quê estará sendo patrocinado pelo pedágio. Por que estará buscando recursos de uma luta que é de todos nós?

A conta que a senhora fez agora é pura, o que vem de Foz, o que vem de qualquer região do Estado tem a contabilização do pedágio. Todos pagamos no vestuário, em tudo que consumimos. E mais ainda, tudo que nós nem consumimos, porque tem muita coisa que está acontecendo nesses bastidores e nós queremos esclarecer a opinião pública, a matemática financeira dos pedágios, quando prestam conta e as contas fecham depois, Presidente.

Como fecham as contas? Perguntei quanto foram gastos agora em manutenção de estrada. Mais ou menos uns 800 milhões. Aonde foram gastos 800 milhões em 2009, Deputado Cheida? Na sua região foram gastos, na minha não. Não conheço nenhuma região que tenha recebido infraestrutura alguma do pedágio, a não ser alguns caminhões novos, algumas praças de pedágio reformadas, algumas coisas que nem os salários dos funcionários das empresas de pedágio foram reajustados. São 2 mil 106 funcionários, num cálculo real por mês daria 4 milhões, com os Fundos 5 milhões e 500, vezes R\$ 1 bilhão e 100 milhões que arrecadaram em 2009.

Onde está indo esse dinheiro e para quem está indo? Essa conta não vai fechar nunca! Gostaria que alguém pudesse explicar. Já tive discussões com muita gente e cobro publicamente do Ministério Público. Temos que tomar energicamente uma decisão, uma decisão processual, de bloqueio do caixa para que eles venham explicar onde estão gastando tanto dinheiro. É um recurso inimaginável. São recursos da ordem, hoje, de US\$ 5 bilhões. Dá para fazer muita coisa.

Peço e vou encaminhar a essa Mesa, nesta semana, a convocação de todos os proprietários, não o interlocutor, porque brincadeira tem hora - já passamos do estágio de brincadeira, amador ninguém mais é - para ele vir aqui e dizer: "Vamos tentar uma conversa, vamos ver." Não quero conversar com ninguém. Quero que eles reduzam o preço e que executem as obras de duplicação.

Obrigado.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Próximo orador inscrito, no Grande Expediente, Deputado Péricles de Mello.

Deputado Péricles de Mello (PT)

O SR. PERICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputados.

Pedi um aparte ao Deputado Jocelito, mas ele não teve tempo no seu pronunciamento. Queria corrigir algumas distorções que o Deputado falou a respeito do PT.

Às vezes acabamos caindo no senso comum. De tanto ouvir uma mentira pensamos que é verdade. Sabemos que um dos ataques feitos pela Direita do PT, o Jocelito sabe disso, mas às vezes ele se deixa levar, é que o PT

inchou o Estado Brasileiro e que se apropria do dinheiro dos cargos em comissão do Estado e por isso cria cargos.

Essa é a crítica ao PT. Que inchaço é esse? É aquele inchaço que contrata pessoas para organizar o Bolsa-Família, que aumento para 11 milhões de pessoas que recebem no Brasil o Bolsa-Família. Inchar o Estado é criar quatro universidades federais, só no Estado do Paraná, como o Governo Federal criou. Em toda a história do Paraná tínhamos uma única Universidade Federal, agora temos mais quatro. A UNILA em Foz do Iguaçu, a UFPR em várias Cidades do Paraná, o CEFET e a Universidade Fronteira Sul.

Inchar o Estado e organizar o IBAMA e combater o desmatamento da Amazônia. Inchar o Estado e contratar professores para as nossas universidades é colaborar com a cotação de médicos, como agora acontece com hospital, em parceria com o Governo Federal, em Ponta Grossa.

Essa lenga-lenga da Direita não pode ser reproduzida. O Deputado Jocelito é um Deputado que respeito, é um líder popular, não é um homem de Direita, tem uma postura de Esquerda, mas às vezes, na ânsia, acabamos reproduzindo um senso comum que não é verdade.

Essa é a primeira constatação. Isso não é verdade! O Estado Brasileiro que não é destruído pelo neoliberalismo, que ainda é um estágio frágil, que não consegue cumprir as funções para uma sociedade justa, democrática.

É engraçado quando vai ao concreto, mesmo as pessoas ligadas ao partido de Direita concordam. Na Polícia do Paraná falta contratação, falta Polícia nas ruas.

Mas, quando falo no abstrato, falo no inchaço do Estado, quando um Governo popular vem ignorar o Estado Brasileiro, que tanto necessita. Esta é a primeira questão que eu queria questionar.

A segunda questão, trata-se de cargos em comissão do PT. Os Deputados, é verdade, contribuem com 20% do seu salário. É o meu caso, do Deputado Elton Welter, da Deputada Luciana Rafagnin, todos nós, do PT. Os assessores, filiados ao partido, contribuem com no máximo 5%, mas filiados ao partido. Secretários contribuem como os Deputados. Só que isto a lei também derubou. Hoje só quem contribui são os assessores, se quiserem. E mesmo assim a lei dificulta. O Executivo não pode cobrar mais esta contribuição. Tanto que os Secretários do PT não contribuem mais, porque uma lei proibiu. Agora, os cargos em comissão contribuem com no máximo 5%. Eu acho justo, porque se ele é filiado ao PT, não precisa ser filiado, ele tem um acordo. O partido é uma entidade privada. O filiado pode fazer o pacto que ele quiser, no estatuto do partido. Se ele quiser contribuir, contribui. Então, isto não é verdade, esta questão do inchaço.

Fui Prefeito de Ponta Grossa e os assessores que eu tinha, cargos em comissão, não eram só do PT. Eram do PTB, PDT. E nós cobrávamos dos cargos do PT, porque naquela época a lei permitia. E era no máximo 5%.

Então, só queria fazer este esclarecimento. Sei que o Deputado Jocelito Canto não falou com má intenção, sei que respeita o PT, sei que vai votar na Dilma, já falou desta tribuna, vai continuar apoiando. Mas, só para fazer uma pequena contribuição ao seu discurso.

Uma outra questão, Sr. Presidente, é a questão do pedágio. Fui um Deputado que me especializei neste assunto quando foi implantado o pedágio. Todas as questões foram denunciadas amplamente, eu fazia até um programa de inserção na televisão, de 15 segundos, quando denunciava: “Você sabe que uma praça de pedágio custa R\$ 5 milhões?” era uma proposta comercial, superfaturamento absurdo. Dava para fazer um teatro, como é que foi combinado, a organização, o grande acordo entre as grandes empreiteiras do Brasil, não teve concorrência, porque eram quatro consórcios. Perdia um lote, ganhava um outro. É uma caixa preta, porque o Governo definiu a tarifa básica, não explicou o porquê. Quem explicava porquê era a empreiteira, na carta de proposta comercial, que tinha o faturamento, um absurdo! Daqui a um tempo, a história vai questionar sobre o absurdo que é o pedágio no Paraná.

Pois bem, o que a Assembleia faz agora? A Assembleia quer fazer o seguinte, ou melhor, a Assembleia não, algumas comissões que se formaram, querem fazer um acordo, que o Governo do Estado diminua os impostos e proporcionalmente caia o volume do pedágio. Isto não quer dizer nada! Meu Deus do Céu! O que temos que fazer é aprovar os projetos!

O Deputado Marcelo Rangel tem um projeto, o pedágio on-line. Eu ando em Curitiba a Ponta Grossa desde que me conheço por gente. Estes dias, primeira vez, um engarrafamento, Curitiba a Ponta Grossa, 50 minutos de engarrafamento. Agora na Páscoa teve mais um engarrafamento. E eles têm a coragem de dizer que o tráfego é menor que o estipulado no contrato.

Temos que aprovar este projeto, temos que fazer uma comissão urgente, contratar uma equipe técnica. Temos dinheiro para isso. Colocar gente medindo o tráfego nas rodovias, para justificar este nosso projeto. E esta denúncia do Deputado Cleiton Kielse, eu fui com ele, assinei a denúncia e fui até a Procuradoria Geral de Justiça, o Procurador Dr. Olympio Sotto Maior, temos um documento de extrema importância, tecnicamente muito bem concebido, para que possamos fazer uma luta. E não é possível que a Justiça do Paraná e do Brasil não se comova, já digo, e tome uma atitude contra este crime bárbaro contra o povo do Paraná, superlucro, superfaturamento em obras, esconde a receita real. Então, não é possível!

Eu me somo ao Deputado Cleiton Kielse, com o maior entusiasmo, porque acho que se unirmos nossas forças e houver mobilização da comunidade, movimento que existiu na época, o Brasil caminhoneiro, as cooperativas, os usuários das rodovias do Paraná, principalmente num momento da nossa história em que há uma comparação real. Basta comparar o pedágio cobrado nas rodovias

do Paraná com os pedágios implantados pelo Governo Federal.

O Sr. Elton Welter (PT)

Agradeço pelo aparte.

Quando V. Exa. iniciou a fala eu também havia pedido aparte ao Deputado Jocelito e ele não nos permitiu. V. Exa. falou muito bem, inclusive com relação aos cargos que o PT tem no Governo Federal, mas uma coisa muito importante é que o Governo Federal fez muito concurso público, o País nunca teve tanto concurso público para preenchimento de cargos efetivos, seja nas universidades, na Caixa Econômica, no Banco do Brasil, na Polícia Federal e em tantas outras estruturas dos órgãos da Administração Direta do Governo em que foram feitos concursos públicos e melhorou a gestão da máquina.

Uma outra questão que o Deputado Jocelito colocou, ele é dúbio na sua fala, fala que é contra concurso público, mas no final da sua fala ele falou que concordava. Então, achei estranha e dúbia a fala dele, apesar de respeitar a sua posição.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Obrigado, Deputado!

Acho que o Deputado Jocelito coloca algumas coisas que concordo e que o senhor também concorda. O cargo em comissão é um cargo que recebe uma direção política, ele tem que ser em comissão porque a direção é política. Então, quando um Deputado contrata alguém, ele tem que ter autoridade sobre aquele seu funcionário para dar direção política, seja qual for. Isso porque o dono do mandato é o Deputado eleito pelo povo. Então, isso justifica que o Deputado tenha cargos em comissão e é o Deputado que representa o povo que avalia que tipo de pessoas ele vai contratar para o seu mandato, que podem ser técnicos, mas a direção tem que ser do mandato. Então, o cargo em comissão é correto, assim como a Casa também pode ter cargos em comissão, porque as comissões também são cargos políticos disputados aqui dentro.

Nós disputamos comissões e as posições ideológicas aqui se expressam na disputa interna dos Parlamentares para Presidente de comissões. Agora, claro que tem cargos específicos da Comissão que devem ser em concurso. Acho que essa é a ideia.

Então, temos que mostrar a diferença entre as duas coisas. Os dois cargos são necessários, os cargos técnicos, que têm estabilidade para proteger inclusive o Estado na transparência, na publicidade e na moralidade, mas tem que haver uma combinação para que dê a dinâmica da direção do Estado com uma direção política, e que essa direção é dada pelas pessoas que recebem o mandato popular no processo eleitoral.

Agora, acho que está na hora de o Brasil, de a sociedade brasileira reconhecer que só há uma forma de moralizar completamente a política no Brasil, que é o

financiamento público de campanha eleitoral e o voto em lista, uma reforma política como os maiores Países do mundo fazem. O Brasil é uma das poucas democracias do mundo, dá para contar nos dedos, que tem o tipo de eleição que temos aqui, que é o voto unipessoal e que os candidatos disputam dentro do partido para ver quem é o mais votado. Acho que enquanto acontecer isso há submissão da política ao poder econômico. Problemas aparecem hoje, depois desaparecem e voltam a acontecer, porque é uma questão estrutural e objetiva na forma de organização da democracia brasileira.

Obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

No horário da Liderança do Bloco PSB/PRB/PV, com a palavra a Deputada Rosane Ferreira.

Antes, porém, esta Presidência quer registrar, com satisfação, a presença do Prefeito de Realeza, companheiro Eduardo, em meu nome, da Deputada Luciana, dos Deputados Traiano, Caíto e dos Deputados do Sudoeste. V. Exa. é bem-vindo e é um vencedor quanto à nossa Universidade Fronteira Sul.

Com a palavra a Deputada Rosane.

***Liderança do Bloco PSB/PRB/PV:
Deputada Rosane Ferreira (PV)***

A SRA. ROSANE FERREIRA

Sr. Presidente, quero declinar do horário do nosso bloco, porque o que me levaria à tribuna era a minha manifestação a favor da implantação do Tribunal Regional Federal, mas fui contemplada pela fala do Deputado Quineteiro. Também iria protocolar uma moção de apoio à PEC, o que também já foi feito pelo Deputado Quineteiro. Então, me somo ao pronunciamento dele.

Quero apenas aproveitar esta oportunidade e rapidamente convidar, em nome do Deputado Ney Leprevost, que daqui a pouco deve estar chegando na Sessão, porque amanhã o Deputado Ney Leprevost convocou a Comissão de Saúde, da qual faço parte e ele preside, para debater a epidemia do crack no Paraná. E os Deputados que tiverem disponibilidade de agenda que estejam conosco na Comissão de Saúde, porque é um assunto de suma importância, e não é só um problema das Regiões Metropolitanas deste Estado, a epidemia do crack já está alcançando a nossa área rural. A presença de V. Exas. é imprescindível para que possamos fazer sugestões de políticas públicas para que sejam implementadas já para conter essa epidemia.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Esperamos a presença de todos os Srs. Deputados, se possível.

No horário da Liderança da Oposição, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

Liderança da Oposição: Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Deputado Douglas Fabrício, V. Exa., na semana passada, usou esta tribuna para falar sobre uma liminar que a Justiça havia concedido em seu favor, em relação a um pedido de informações, formulado por esta Casa e não respondido pelo Executivo do Estado do Paraná.

Quero trazer, na tarde de hoje, para os Deputados e, neste momento, para a sociedade do Paraná, que apresentamos um pedido de informação solicitando ao Governo do Estado algumas informações que dizem respeito àquela fazenda invadida em Santa Tereza do Oeste, que lá foi inaugurado e denominado Centro de Agroecologia, com o nome de Valdir Mota de Oliveira. Quando apresentamos, o Líder do Governo pediu a discussão e foi adiada. Quando votamos esse requerimento, no dia seguinte ele foi rejeitado. Através da nossa assessoria jurídica entramos com um mandado de segurança pedindo uma liminar. O eminente Dr. Marcos Moura, desembargador, relator, concedeu uma liminar para que o Governo do Estado informe à Assembleia Legislativa e aos Deputados da Oposição as seguintes informações: denominar o Centro de Agroecologia com o nome de Valmir Mota de Oliveira, que era funcionário da FUNPAR e cuja morte ocorreu no mesmo lamentável episódio que morreu também, em pleno cumprimento de suas funções profissionais, Fábio Ferreira, segurança da fazenda invadida? Essa foi uma pergunta.

A segunda indagação: o Governo do Estado patrocinou direta ou indiretamente o evento? Em caso afirmativo, de que forma e qual o gasto feito?

Outra pergunta: houve cessão ou disponibilização de servidores públicos para atuarem para os preparativos da inauguração do Centro ou no próprio dia da inauguração?

Outra questão: em caso de ajuda financeira, o custeio de despesa para viabilizar melhores condições e conforto aos participantes do evento, tais como: alimentação, transporte, banheiros públicos e etc, anexar os comprovantes dos pagamentos efetuados especificando o nome dos recebedores, valores recebidos, serviços prestados ou mercadorias fornecidas.

Pois bem, claro que este é o trabalho do legislador, este é o trabalho dos Deputados. Então, quero dizer que não obtivemos sucesso na aprovação do nosso requerimento, aqui na Assembleia, e não tivemos a resposta do pedido que fizemos administrativamente. Não tínhamos outra opção e outro resultado senão buscar, através da Justiça, as informações.

Volto a dizer, apresentamos o requerimento no dia 12 de dezembro e foi adiado. No dia seguinte foi rejeitado o requerimento, no dia 9 de dezembro do ano passado, por 19 votos a 12. Protocolamos o mesmo pedido de informações administrativamente na Casa Civil, no dia 17 de dezembro, e não obtivemos resposta até o dia 18 de março deste ano.

No dia 18 de março deste ano, fizemos a petição em juízo e foi autuada uma ação de segurança com pedido de liminar, que passo a ler apenas um trecho do pedido de liminar. Assim diz o Eminentíssimo Desembargador: *“Concedo liminarmente a segurança para o efeito de determinar ao impetrado que forneça as informações previamente requisitadas administrativamente, no prazo de 20 dias, sob pena de incidência de multa diária no valor de R\$ 500. O que faço com fundamento no artigo 461, parágrafo 4º, Código do Processo Civil.*

Pois bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, caros paranaenses, não cabe outra alternativa a nós Deputados, de exercer o nosso poder de fiscalizar, e é isso que queremos, as informações que achamos necessárias.

Sabemos que a Fazenda Syngenta, que foi invadida, diga-se de passagem, não era uma fazenda, era um campo de experiência de 120 hectares, 50 hectares eram usados para pesquisa e 70 hectares eram usados como área de preservação permanente. Apenas 50 hectares de pesquisa e foi invadida pela Via Campesina, que não saíram mais do local. A empresa Syngenta, sentindo que não havia como reaver sua área, doou a área efetivamente ao Governo do Estado. O ex-Governador Roberto Requião transforma esse centro de pesquisa num centro agroecológico e faz uma grande festa, com centenas de ônibus de deslocando do Paraná inteiro, e queremos saber quem pagou essa despesa, custeados por quem, se houve a participação efetivamente de funcionários do Governo do Estado e por que o nome do Kenon, que não é um sem-terra.

Infelizmente, o Sr. Kenon morreu nesse confronto que houve, mas ele era funcionário da FUNPAR, da Fundação da Universidade Federal do Paraná. O Sr. Kenon não era um sem-terra, estava infiltrado nos sem-terra, era um incentivador. Foi morto ele, que não era sem-terra, volto a dizer, mas sim funcionário da FUNPAR, e o outro morto era um senhor da segurança daquela fazenda. Por que denominaram então essa área com o nome desse Kenon, que não era um sem-terra? São as informações que queríamos e não conseguimos obtê-las aqui no Plenário, por decisão da maioria dos Srs. Deputados. Aceitamos o jogo democrático e não teve outra alternativa para nós senão buscar as respostas, ou as informações que entendemos, na Justiça.

Então, esta aqui é a segunda liminar que a Oposição obtém, nos últimos dias através da Justiça, para que o Governo do Estado preste as informações necessárias para Assembleia Legislativa e para o Estado do Paraná, que são negadas pela bancada que dá sustentação ao Governo, aqui na Assembleia Legislativa. Então, mais uma liminar, Deputado Antonio Anibelli, que recebemos através do Tribunal de Justiça em relação a algum pedido de informação que formulamos.

Agradeço a V. Exa. e agradeço a atenção dos Srs. Deputados. Espero que os próximos pedidos de informações que viermos a formular possam ser aprovados aqui na Casa e não precisemos recorrer à Justiça para pedir

essas informações, como fizemos recentemente, agora, lembrando ao Presidente da Casa e à diretoria que em novembro foi aprovado um pedido de informações e até hoje não recebemos a resposta. Espero que venhamos a receber o mais rápido possível, caso contrário, deveremos tomar as mesmas medidas como o Deputado Douglas tem tomado e anunciou na semana passada. E como eu, que tenho tomado e anunciado neste momento.

Obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Esta presidência, antes de entrar na Ordem do Dia, quer registrar uma nota que saiu na Gazeta dizendo que os funcionários efetivos não teriam requisitos para assumir a direção geral desta Casa. Nós repudiamos esta nota, em nome de todos os funcionários desta Casa. Tenho muita honra de ser funcionário desta Casa, cadastrado. Dizer que se esta nota foi emitida pela assessoria de imprensa da Assembleia, infelizmente, foi mal redigida. Tenho certeza de que se fosse o ex-Chefe da Comunicação da Assembleia, David Campos, essa nota não teria ocorrido. Em nome de todos os funcionários, a minha congratulação aos funcionários da Assembleia, que nos honram com sua competência e capacidade.

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se a Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Mensagem nº 028/10, subscrita pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que estabelece as definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição do Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN-PR, por meio do qual o Poder Público, com a participação da sociedade civil organizada, formulará políticas, planos, programas e ações com vista a assegurar o direito humano à alimentação adequada, o qual está consagrado como direito social na Constituição Federal.

À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Memorando, subscrito pela Comissão Executiva, constante do expediente, solicitando aos Srs. Líderes do PMDB, PSDB, PT, DEMOCRATAS, PP e Bloco PRB/PSB/PV, indicarem membro partidário para compor a Comissão Especial de Reforma da Constituição, que irá opinar, no prazo de 20 dias, sobre a Proposição nº 017/10, que visa acrescentar parágrafo 18 ao artigo 27, assim como acrescentar artigo 61 no Ato das Disposições Transitórias da referida Carta. Procura estabelecer o reconhecimento merecido aos servidores civis do Governo do Estado do Paraná, o desempenho de suas funções e seus salários. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de Resolução s/n, de autoria dos Deputados Elton Welter, Péricles de Mello, Edson Strapasson, Tadeu Veneri e Deputadas Rosane Ferreira e Luciana Rafagnin, constante do expediente, devidamente apoiado. **À Comissão Executiva.**

Projeto de lei complementar, de autoria do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Deputado Wilson Quinteiro, Enio Verri, Luiz Nishimori, Dr. Batista e Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Devidamente apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Deputado Artagão Júnior, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1027, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, constante do expediente, justificando sua ausência nas Sessões Ordinárias e Extraordinárias a serem realizadas no dia 14 de abril do corrente ano, em virtude de compromissos parlamentares assumidos no Município de Umuarama. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 1043, de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente, justificando a ausência do Deputado Ney Leprevost na Sessão Plenária do dia 13 de abril do corrente ano, devido a compromissos institucionais na condição de Presidente da Comissão de Saúde. **À Comissão Executiva.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 022/10, de autoria do Deputado Elton Welter, que declara de utilidade pública o Instituto de Assistência Social, Cultural, Recreativa e Educacional de Cascavel/PR - IASCE, com sede e foro no Município de Cascavel. **Aprovada. (Publ. no DA nº 003/10, de 08/02/10, em Projetos de Lei).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 109/10, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública a Sociedade de Assistência, Beneficente, Educacional e Maternal de Cianorte, com sede e foro no Município de Cianorte. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 109/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública a Sociedade de Assistência, Beneficente, Educacional e Maternal de Cianorte - SASBEMC, com sede e foro no Município de Cianorte.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 12/04/10.
(aa) BETI PAVIN - Presidente
TERUO KATO - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 112/10, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente Deus Menino de Francisco Beltrão, com sede e foro no mesmo Município. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 112/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública a Associação Beneficente Deus Menino de Francisco Beltrão, com sede e foro no Município de Francisco Beltrão.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 12/04/10.
(aa) BETI PAVIN - Presidente
TERUO KATO - Relator

3ª Discussão

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 107/10, de autoria do Deputado Felipe Lucas, que declara de utilidade pública a PROVOPAR Municipal de Irati, com sede e foro no Município de Irati. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

2ª Discussão

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 617/09, de autoria do Deputado Teruo Kato, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. João Noma. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 083/10, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que institui o reconhecimento de utilidade pública estadual para a Organização Evangélica de Assistência Educacional e Social de Cornélio Procópio - ORAR, com sede e foro no Município de Cornélio Procópio. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 128/10, de autoria do Deputado Enio Verri, que declara de utilidade pública estadual, a Associação Regional de Preservação Ambiental de Jussara - ARPEJUS, com sede e foro na Cidade de Jussara. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 008/10, que institui a implantação do Diário Eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná - conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 063/10, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi que insere no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná a Cavalgada de São Sebastião, no Município de Jaguapitã, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CICT. **Aprovada. (Publ. no DA nº 011/10, de 01/03/10, em Projetos de Lei)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 063/10

P A R E C E R :

Do projeto de lei

O Projeto de Lei nº 063/10 de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, tem por escopo, inserir no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná a Cavalgada de São Sebastião, no Município de Jaguapitã, a festa será realizada anualmente, sempre no primeiro domingo que antecede o dia 20 de janeiro.

Competência e Previsão Legal

O artigo 24, inciso V da Constituição Federal, determina a distribuição de competências, onde assevera que compete concorrentemente entre a União, os Estados e Municípios, legislar sobre a proteção cultural.

Art. 24. Compete a União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

V - Educação, cultura, ensino e desporto;

Assim, compete os Estados através dos membros parlamentares legislar sobre a cultura do Estado do Paraná.

É indispensável à análise no aspecto da legitimidade para legislar acerca da matéria deste projeto de lei, assegurado pelo artigo 65 da Constituição do Estado do Paraná, onde assevera que qualquer membro da Assembleia Legislativa, detêm de iniciativa para propor leis complementares e ordinárias para a referida aprovação.

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador - Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (Grifo nosso)

Assim, o ilustre Deputado Waldyr Pugliesi, possui competência legislativa e administrativa, para iniciar projetos de lei, bem como, leis ordinárias sobre a natureza material deste projeto que disciplina sobre o direito cultural dos cidadãos paranaenses, conforme determina o artigo 190 da Constituição Estadual.

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, com a participação de todos os segmentos sociais, visando a realização dos valores essenciais da pessoa. (Grifo nosso)

Diante do exposto, fica evidenciada, a constitucionalidade e legalidade do presente projeto de lei.

Conclusão

No que concerne a legitimidade, legalidade, autonomia federativa, técnica legislativa, vota-se pela constitucionalidade e legalidade do presente projeto de lei, não encontrando nenhum óbice.

Sala das Comissões, em 06/04/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE INDÚSTRIA,
COMÉRCIO E TURISMO
PROJETO DE LEI Nº 063/10

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Waldyr Pugliesi, tem por objetivo inserir no calendário turístico oficial do Estado do Paraná a Cavalgada de São Sebastião, no Município de Jaguapitã.

Após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, encaminhou-se o presente projeto de lei para análise.

É de se ressaltar a importância da matéria versada, uma vez que o evento, além de ser muito relevante para o Município supracitado, incentiva a cultura e a fé demonstradas por cavaleiros e Amazonas que participam desta manifestação.

Chamada esta relatoria a se manifestar, entendemos não haver óbice à normal tramitação do presente projeto de lei e assim somos por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 06/04/10.

(aa) FERNANDO SCANAVACA - Presidente
PEDRO IVO - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1023, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1024, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1028, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1029 a 1032, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1036 a 1038, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1039, 1040 e 1044, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1041, de autoria da Deputada Cida Borghetti constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1042, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1046, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 14, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 266/08 e 121/10.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 128/10.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 063/10.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 167/10 e dos Projetos de Resolução nºs 009 e 010/10.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:**Ata de Comissão****Constituição e Justiça****COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 07ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos seis dias do mês de abril do ano de dois mil e dez, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Júnior, Caíto Quintana, Duílio Genari, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Nereu Moura, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Tadeu Veneri e Jonas Guimarães. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Caíto Quintana. Passou-se ao expediente: o Sr. Deputado Reni Pereira apresenta requerimento de inclusão em pauta do Projeto de Lei Complementar nº 010/10. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 619/09 de autoria do Poder Executivo. - Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira, na forma da emenda anexa - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 016/10 de autoria do Deputado Ney Leprevost. O Sr. Deputado Reni Pereira, relator, requer a conversão da matéria em DILIGÊNCIA junto à Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento - DEFERIDO pelo Presidente; 03) Projeto de Lei nº 017/10 de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 034/10 de autoria do Deputado Duílio Genari. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Caíto Quintana, sugerindo a transformação da matéria em INDICAÇÃO LEGISLATIVA - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 035/10 de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana - APROVADO. O Sr. Deputado Tadeu Veneri apresenta requerimento de preferência de votação aos Projetos de Lei nº 039/10, 049/10 e 060/10 e Proposição Veto nº 013/10. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Resolução nº 008/10. O Sr. Deputado Caíto Quintana apresenta requerimento de preferência de votação à Proposição Veto nº 004/10. O Sr. Presidente coloca em votação os requerimentos - APROVADOS; 06) Projeto de Lei nº 039/10 de autoria do Deputado Edson Strapasson. Parecer do Deputado Tadeu Veneri pela DEVOLUÇÃO da matéria ao autor ou pela flagrante inconstitucionalidade da matéria - APROVADA a flagrante inconstitucionalidade pelos Srs. Deputados; 07) Projeto de Lei nº 049/10

de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 060/10 de autoria do Deputado Ademir Bier. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 09) Proposição Veto nº 013/10 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 592/09, de autoria do Deputado Pedro Ivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Tadeu Veneri ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 10) Projeto de Resolução nº 008/10 de autoria da Comissão Executiva - Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 11) Proposição Veto Parcial nº 004/10 de autoria do Poder Executivo - Veta parcialmente o Projeto de Lei nº 532/09 de autoria do Deputado Nelson Justus, que altera dispositivos da Lei nº 16016/08. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 053/10 de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 063/10 de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 067/10 de autoria da Deputada Beti Pavin. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 071/10 de autoria do Deputado Wilson Quintero. O Sr. Deputado Tadeu Veneri SOLICITA VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 16) Projeto de Lei nº 726/09 de autoria dos Deputados Ney Leprevost, Alexandre Curi e Cida Borghetti. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 17) Projeto de Lei Complementar nº 125/10 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 18) Proposição Veto nº 006/10 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 018/09 de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 19) Proposição Veto nº 009/10 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 340/09 de autoria do Deputado Jocelito Canto. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 032/10 de autoria do Deputado Wilson Quintero. O Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, relator, requer a conversão da matéria em DILIGÊNCIA junto à Secretaria de Estado da Educação - DEFERIDO pelo Presidente; 21) Projeto de Lei nº 083/10 de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ANA ANDRETTA - Secretária